

REATAMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS
COM A UNIÃO SOVIÉTICA

Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados,
em 23 de novembro de 1961



Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, em 23 de novembro de 1961

Senhor Presidente e senhores Deputados,

Dois motivos me trazem hoje à tribuna da Câmara. O primeiro é apresentar, em poucas palavras, um relato da missão que me levou a Buenos Aires, para retribuir a visita feita ao Brasil, há alguns meses, pelo chanceler Adolfo Mugica. O segundo é o assunto momentoso do reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética.

A missão a Buenos Aires respondeu, como disse, àquele objetivo primordial. Foi uma missão de cortesia, que deu ensejo a que se estreitassem, uma vez mais, os laços que unem o governo e o povo do Brasil ao povo e ao governo da Argentina.

Além desse objetivo, a missão levava outro: o de implementar os acordos concluídos em Uruguaiana entre o presidente Arturo Frondizi e o presidente Jânio Quadros, acordos que estabeleceram entre os dois países o sistema de consultas recíprocas e que representaram, no momento em que foram concluídos – e depois, quando seus propósitos foram reafirmados no Rio de Janeiro, no encontro do presidente Frondizi e do presidente João Goulart – a firme convicção de que entre a Argentina e o Brasil existem hoje uma tal identidade de objetivos políticos no campo internacional, uma tal fidelidade comum aos princípios da democracia representativa e ao propósito do fortalecimento do sistema interamericano, que é possível processar-se, entre

esses dois países, um sistema de colaboração particularmente estreita, sistema que não equivale a qualquer tendência para a formação de eixo ou de bloco, porque, pelo contrário, fica aberto à livre participação de todos os outros Estados soberanos do hemisfério.

Este objetivo, como o primeiro, foi plenamente alcançado no curso da missão. Em primeiro lugar, evidenciou-se até que ponto aquela identidade de propósitos era real e correspondia não apenas a um desejo dos dois presidentes ou a um propósito das duas chancelarias, mas provinha do próprio estado de espírito do povo argentino, que acompanha, em harmonia perfeita com o povo brasileiro, o desenvolvimento da presente situação internacional.

Como resultado das conversações mantidas durante três dias, assinou-se, no último dia da presença da missão brasileira em Buenos Aires, uma declaração conjunta, largamente divulgada pela imprensa. Dispensou-me de ler essa declaração, por considerá-la já do conhecimento dos senhores deputados, mas peço a Vossa Excelência, senhor Presidente, que a faça transcrever nos anais desta Casa. Essa declaração conjunta, em primeiro lugar, dá notícia de um dos resultados mais positivos do encontro realizado em Buenos Aires – a própria estruturação do sistema de consultas. Não basta o desejo de consultar. Não basta a intenção de trocar ideias sobre os problemas, quando eles surgem, e sobre as soluções que se lhes oferecem. É necessário criar o hábito da consulta, é necessário transformar numa rotina aquilo que, se apresenta como atividade diplomática esporádica, não consegue, senão em casos muito excepcionais, unificar a linha de conduta de duas ou mais nações. O sistema de consultas, engendrado e aceito pelas duas chancelarias, prevê um mecanismo permanente de troca de ideias e de informações. Dele poderão participar todos os outros Estados do hemisfério, permitindo-se, deste modo, que se realize na América Latina este grande esforço de integração e de compreensão, que poderá transformar a nossa zona geopolítica numa grande concentração de forças capaz de, efetivamente, impor seus pontos de vista e fazer sentir suas inspirações, na cena internacional.

Além deste ponto, outros houve para os quais considero de meu dever chamar a atenção da Casa. Já vão longe, felizmente, senhor Presidente, as rivalidades e desconfianças que medraram, no passado, entre a política argentina e a política brasileira. Em grande parte, era aquilo a herança de preconceitos metropolitanos; não correspondia à realidade política dos nossos países.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Levanto a sessão, até que se estabeleça no plenário a iluminação.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Está reaberta a sessão. Continua com a palavra o senhor Ministro San Tiago Dantas.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Dizia eu, senhor Presidente, que, além do ponto citado, a criação de um sistema prático de consultas, capaz de introduzir o hábito da informação recíproca e da troca de pontos de vista, as conversações de Buenos Aires tiveram um outro resultado, a que atribuo grande importância. Referia-me à eliminação definitiva das rivalidades e desconfianças que, no passado, medraram na política de nossos dois países. Essas rivalidades e desconfianças têm sido superadas, gradualmente, pela ação esclarecida de sucessivos chanceleres e, mesmo fora do Ministério das Relações Exteriores, na arena parlamentar, nas lutas partidárias, não têm faltado ao Brasil e à Argentina homens públicos que, com visão ampla e esclarecida do futuro das duas nações, têm consolidado a obra de clareamento dos espíritos e nos têm deixado ver que é através da união de esforços e da colaboração, jamais através da competição e da rivalidade, que esses dois países da América do Sul encontrarão o caminho de sua verdadeira grandeza.

É verdade que ainda há alguns pontos onde os vestígios da rivalidade perduram. Em alguns países da América, é frequente ouvir-se dizer que determinado grupo político é de orientação argentinista e um outro, pelo contrário, é de orientação brasileira; e a cooperação que damos a países menos desenvolvidos do que os nossos muitas vezes tem feito com que Argentina e Brasil se defrontem – no propósito de melhor auxiliar, no propósito de melhor colaborar – o que não deixa, entretanto, de resultar numa forma específica de competição. Para esse lado se voltaram também os entendimentos de Buenos Aires.

SR. HORÁCIO LAFER – Vossa Excelência permite um aparte?

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Com grande satisfação, tanto maior quanto Vossa Excelência foi, sem dúvida alguma, um desses chanceleres a que me referi e que contribuíram, através de sua ação pessoal e da orientação que imprimiram à nossa Chancelaria, para melhorar cada vez mais os entendimentos entre Brasil e a Argentina.

SR. HORÁCIO LAFER – Muito grato a Vossa Excelência. Congratulo-me com Vossa Excelência pelo alto significado da viagem que fez porque, quando, por determinação do Presidente Juscelino Kubitschek, visitei a Argentina, fui recebido por um artigo de fundo de “La Nación”, que acentuava que, há

vinte e tantos anos, a Argentina não era visitada por um Ministro de Relações Exteriores do Brasil. Fizemos, então o Acordo de Consultas Recíprocas, e devo confessar, publicamente, que todos os dias as duas Chancelarias se consultavam e pudemos agir, em todas as conferências internacionais, no mais absoluto acordo, porque não há interesses que dividam a Argentina e o Brasil. Pedimos o apoio e o concurso de outros países – Uruguai, Chile Colômbia – e todos começaram a participar dessas consultas prévias, o que resultou, na nossa política, no campo interamericano e no internacional, em uma união que precisa ser continuada. Os esforços de Vossa Excelência, aprimorando os métodos de consulta, devem, portanto, merecer o aplauso do país (*Muito bem*). Temos que agir junto com os outros países contra os nossos inimigos, que são comuns, aqueles inimigos que querem derrubar as nossas instituições e aniquilar a liberdade e a independência do homem (*Muito bem. Palmas*).

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Agradeço e incorporo à minha exposição o brilhante aparte de Vossa Excelência.

Nesse ponto, senhor Presidente, a que me referia – da colaboração que os nossos países dispensam à economia de outras nações americanas –, foram também significativas as decisões tomadas em Buenos Aires. Assim é que ficou assentado o princípio de que, em vez de existir uma cooperação argentina, ao lado de uma cooperação brasileira; em vez de levarmos aos povos que necessitam do nosso apoio, separadamente, nossa colaboração, passaremos a examinar, em todos os casos, a possibilidade de que a colaboração seja conjunta e que, em vez de se constituir essa conduta num ponto de competição, determinará, ao contrário, que mais se estreitem as mãos dos nossos povos, quando as estendermos às dos demais povos irmãos.

Os resultados do encontro de Buenos Aires marcam, por isso, senhor Presidente, uma linha que não constitui inovação na história das chancelarias do Brasil e da Argentina. Marcam, como bem disse no seu lúcido aparte o nobre deputado Horácio Lafer, um caminho de aprimoramento, um esforço que ainda se há de desenvolver por outras gerações, porque a grande estrada aberta diante dos povos deste continente é a estrada da integração econômica, é a estrada do entendimento cultural amplo e, como consequência final, a estrada da plena união política. A integração econômica é um resultado da necessidade que têm as nossas economias de contar com mercados internos mais extensos, que possam absorver quantidades maiores de produção e, assim sendo, permitir que as nossas indústrias, as nossas atividades primárias

produzam numa escala maior, em que os resultados podem ser verdadeiramente compensadores. Por isso, o Brasil e a Argentina se unem no propósito de dar um desenvolvimento pleno à área livre de comércio latino-americano, embora observando, a esse respeito, todas aquelas preocupações que têm sido acentuadas pelo nosso governo, para que, à sombra da liberdade de comércio, não possamos sofrer a agressão de empresas implantadas em economias plenamente desenvolvidas e que, desse modo, frustrariam as medidas defensivas que somos levados a tomar, em benefício do nosso desenvolvimento.

Do mesmo modo, no campo cultural, ficou assentado um esforço conjunto, uma troca de informações permanente, uma soma de recursos, para que os nossos países possam acompanhar *pari passu* o imenso desenvolvimento tecnológico e científico do nosso tempo.

Nessa reunião, ficou plenamente caracterizado que a chancelaria argentina e a chancelaria brasileira receiam, igualmente, que estejamos às vésperas de novo surto tecnológico e científico, que poderá conduzir países como os nossos a nova era de subdesenvolvimento econômico. De fato, assim como os países recém-saídos do regime colonial não puderam acompanhar os progressos técnicos e científicos da era industrial e, por esse motivo, se inferiorizaram e se atrasaram e sofrem os pesados ônus de que agora nos queremos libertar, assim nós, os povos que hoje estamos conseguindo, à custa das mais duras penas, chegar ao nível médio das nações industrializadas, estamos sob a ameaça de que as nações plenamente desenvolvidas deem um novo e prodigioso salto para diante, em que dificilmente poderemos acompanhá-las, tão dispendiosos e tão complexos são os passos necessários para habilitar uma nação a incorporar os progressos tecnológicos da era dominada pela física nuclear e pela conquista do espaço cósmico.

SR. TENÓRIO CAVALCANTI – Permite-me Vossa Excelência um aparte?

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Pois não.

SR. TENÓRIO CAVALCANTI – Nobre Ministro, estou ouvindo, com muita atenção e com o respeito que merece a cultura de Vossa Excelência, o discurso que está proferindo. Ouvi, igualmente, o aparte com que honrou a Casa o nobre Deputado Horácio Lafer, que concluiu dizendo que a luta entre os países é contra o inimigo que quer aniquilar o homem. Atendendo a que as considerações de Vossa Excelência, que se seguiram ao aparte, são exatamente no sentido de elevar o nível de vida do homem para evitar o aniquilamento a

que se refere o nobre Deputado Horácio Lafer, queria perguntar a Vossa Excelência se é possível, com a mentalidade ora dominante na vida de um país como o nosso, considerado subdesenvolvido – mentalidade tradicional e dominante que está, como o plasma, englobada no organismo do homem, que domina o Brasil, que consiste no máximo de lucro com o mínimo de despesa, princípio que está dominando duramente a vida econômica do país –, se pode ele competir com nações do mundo que têm mãos escravas para fazer máquinas e vender mais barato do que nós, na área em que poderíamos entrar. E, sempre que um homem aqui se coloca contra o colonialismo, tenta impedir a penetração nessa área, incorre no risco de estar na área contrária a que se referiu o nobre Deputado Horácio Lafer. Eu nunca fui comunista, não sou e não serei comunista. Mas, pelo fato de nunca ter sido e de não ser no futuro, não estou impedido de dizer a Vossa Excelência que, no Brasil, nesta hora, os comunistas também merecem ser convocados para serem ouvidos sobre esses assuntos econômicos, de tal ordem, que estão complicando a vida brasileira. E, homem de elite como Vossa Excelência, homens de cultura como o senhor Horácio Lafer e outros, não poderiam excluir a colaboração de quem, sinceramente, quer elevar o nível industrial do Brasil, colocando o homem um pouco mais acima do nível de vida em que se encontra. São Paulo, hoje, produz 80% do que consumimos no Brasil, praticamente, em matéria industrial. Lembro a Vossa Excelência que se está elevando o “standard” de vida do povo brasileiro e ninguém tem palavras para falar sobre essa elevação do nível de vida desse povo, que está fugindo dos campos, para morrer de fome nas metrópoles. Daqui a pouco as fábricas paulistas e todas as demais terão superprodução, excesso de produção sem dispor o povo de um nível de vida capaz de atender a esse surto de progresso no Brasil.

Para esse detalhe chamo a atenção de Vossa Excelência.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Agradeço o aparte de Vossa Excelência e creio que ele se ajusta às considerações que fiz há pouco sobre a necessidade de ampliação dos nossos mercados, para assegurar à indústria, à agricultura dos países americanos, as escalas de produção adequadas, que tornem o nosso trabalho remunerativo.

Foram essas, senhores Deputados, em resumo, as considerações que me pareciam cabíveis em torno da viagem realizada a Buenos Aires. Ela marcou, apenas, como disse há pouco, um passo a mais em toda uma longa série de ações diplomáticas convergentes para o mesmo fim. E estou certo

de que as demais nações americanas se rejubilam com os resultados ali alcançados. Eu mesmo pude verificá-lo, ao sair de Buenos Aires e ao ter o prazer de visitar o senhor Presidente da República do Uruguai, a quem convidei, em nome do Presidente da República do Brasil, para visitar o nosso país. Dele ouvi o aplauso mais irrestrito àquelas conclusões e a promessa de que examinaríamos, durante sua visita ao Brasil, o entrosamento mais perfeito entre o seu país e o nosso, dentro desse mecanismo de consulta.

A mesma reação já recebi de outras fontes latino-americanas e, por isso, ouse pensar que a ação diplomática desenvolvida em Buenos Aires tem um sentido que interessa à afirmação da nossa política exterior, que é o de dar a nações como o Brasil e a Argentina uma soma crescente de autoridade para podermos levar à política mundial a contribuição das nossas ideias e do nosso sincero devotamento à causa da paz.

SR. MANOEL DE ALMEIDA – Desejava apartear Vossa Excelência a propósito da afirmativa de que é preocupação do governo a questão de mercados para a nossa indústria. Vossa Excelência, homem lúcido, e que tem andado na vanguarda das preocupações que dizem respeito aos problemas sociais brasileiros, deve ter em vista, em primeiro plano, a recuperação do nosso mercado interno, de ordem de 40 milhões, quase a população sul-americana, que procuramos disputar através da diplomacia e dos escritórios comerciais. Estamos em que Vossa Excelência, com o esclarecimento que lhe é peculiar, fará com que o Gabinete encaminhe os seus passos no sentido de encontrar uma solução rápida – mais rápida do que essa tão decantada reforma agrária à base apenas de distribuição de terras – capaz de oferecer condições de desenvolvimento econômico a esses 40 milhões de brasileiros, de modo a aumentar o seu poder aquisitivo.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Muito obrigado a Vossa Excelência.

Senhor Presidente, trazia o gabinete, no programa que apresentou à Câmara dos Deputados e com o qual disputou a sua moção de confiança, entre os pontos fundamentais da sua linha de política externa, o restabelecimento das relações comerciais e diplomáticas com os países socialistas, dentro do objetivo de universalização das nossas relações econômicas e políticas. Este ponto do programa governamental não correspondia, nem corresponde, nos desígnios do governo, a qualquer comprometimento da absoluta fidelidade de sua linha ideológica aos princípios da democracia representativa, em que se acha vazada a nossa Constituição e

que é parte integrante do patrimônio político e cultural sobre que se desenvolveu a nossa nacionalidade. Se há um título que reivindico para a política exterior que vem sendo desenvolvida pelo atual governo, é o seu repúdio expresso a toda ambiguidade ideológica. Suas afirmações têm sempre sido feitas dentro de conceitos claros, que permitem à nação sentir onde estão os objetivos do povo e os objetivos do seu governo e verificar que estes se identificam, cada vez mais, com o fortalecimento da prática da democracia e com a salvaguarda das instituições livres, caracterizadas pelo respeito aos direitos fundamentais do homem.

Nada disso, entretanto, senhor Presidente, impede um Estado livre e soberano de considerar, sobre um plano de absoluta objetividade, o problema, Estado cômico de seus próprios objetivos e de seus próprios problemas, com capacidade para orientar os seus passos, de acordo exclusivamente com a sua vontade, que é a vontade do seu povo. Podemos, sem temores, sem timidez exagerada, mas com cautela, com consciência e com a clara compreensão das consequências dos nossos atos, medir, em toda a sua extensão, qual a conveniência da política brasileira, no que diz respeito às nossas relações com os demais povos (*Muito bem*).

Foi nesse estado de espírito, senhor Presidente, que o governo se dispôs, desde os primeiros dias, a abordar a questão da universalização das relações políticas e comerciais do nosso país, especialmente naqueles pontos em que esse problema se apresentava mais crítico, qual seja o do restabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética.

Era este, certamente, um ponto cuja transcendência ninguém poderia diminuir, porque se tratava de restabelecer relações com um país que, em primeiro lugar, se apresenta na cena internacional como o detentor de um poderio econômico, de um poderio militar e de uma expressão cultural que dele fazem um dos maiores Estados do mundo contemporâneo, com larga influência sobre uma extensa área política do universo e com uma importância fundamental no desenvolvimento das relações comerciais modernas.

Ao mesmo tempo, esse Estado é aquele que se apresenta diante de nós como a encarnação mais completa da afirmação de um sistema político do qual estamos, constitucionalmente, profundamente divorciados. Estabelecer relações com países que praticam as mesmas instituições políticas pode ter importância ou pode constituir um ato irrelevante, mas certamente não produz as inquietudes, as interrogações, as dúvidas no seio da opinião pública, que se apresentam quando se trata de examinar o mesmo problema em relação a

um Estado do qual, por força das nossas próprias definições constitucionais, estamos tão profundamente divorciados.

SR. HAMILTON NOGUEIRA – Excelentíssimo senhor Ministro San Tiago Dantas, sabe Vossa excelência do apreço, da admiração e da amizade de longos anos...

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Muito me honram.

SR. HAMILTON NOGUEIRA – ... em que sempre respeitamos as nossas divergências. Vossa Excelência deve recordar-se de que, Senador do Estado da Guanabara, fui a única voz que se levantou, na Assembleia Nacional Constituinte, para não interpretar as palavras do então Senador Luís Carlos Prestes, como sendo traição ao Brasil. Várias vezes conversamos sobre política, naquela ocasião, em casa de Francisco Campos, onde recebi o apoio de Vossa excelência, quando votei contra o fechamento do Partido Comunista. Reafirmei sempre a tese de que deveríamos ter relações diplomáticas com todos os países, desde que respeitadas aquelas normas de direito internacional que regulam tais relações. Mas, senhor Ministro, a experiência – e a grande mestra em política é a experiência – nos tem demonstrado que não lucrarmos nada com as relações diplomáticas com a Rússia, as quais, *data venia*, de outro ponto de vista, considero nota sombria na tradição diplomática brasileira (*Muito bem*).

SR. BOCAIUVA CUNHA – Não apoiado.

SR. HAMILTON NOGUEIRA – É opinião de Vossa Excelência. Houve aquelas notas do governo brasileiro, quando fomos insultados pela Rússia.

Foi meu primeiro protesto que fez com que se rompessem as relações diplomáticas. Senhor Ministro, sou da órbita do governo, mas seria faltar à sinceridade, seria trair o espírito, não reafirmar aqui em alguns pontos. Em tese, não mudei de ideia, mas em política, temos de compreender o momento histórico. Naquela ocasião, vínhamos de uma guerra em defesa da democracia, havia o renascimento democrático autêntico no mundo. Nos dias de hoje, é ilusão admitir-se que há entusiasmo democrático no mundo. Nem ao menos os comunistas se dizem comunistas. Ninguém mais é marxista. A palavra nacionalista tem um sentido múltiplo no dicionário político. (*Não apoiado*).

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Atenção! Peço aos senhores Deputados que se manifestem, apoiando ou não, mas de modo que não haja tumulto no plenário. Encontra-se na tribuna o senhor Ministro do Exterior. Sua Excelência veio a esta Casa fazer uma exposição, não para que os

senhores Deputados, neste momento, estabeleçam debate. O debate é com Sua Excelência o senhor Ministro.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Senhor Presidente, vou tomar a liberdade de lembrar aos meus eminentes colegas que Vossa excelência se viu na contingência, tendo em vista matéria orçamentária, de limitar o meu tempo de exposição. Nada seria mais inconveniente ao Brasil, nada seria mais inconveniente ao bom entendimento dos atos do governo e à sua apreciação, que cabe a esta Câmara, do que, em matéria de tanta transcendência, uma exposição incompleta do Ministro do Exterior (*Muito bem*).

Creio que me cabe o direito de pedir a esta Casa, a que tenho a honra de pertencer, que ouça até o final os meus argumentos, pois permanecerei na tribuna pelo tempo necessário para responder a cada um dos meus colegas. Mas não desejo, senhor Presidente, que uma exposição, que necessita ser fundamentada em todos os motivos que a ditaram, fique incompleta, justamente perante a Casa, a quem cabe apreciá-la (*Muito bem. Palmas*). Peço, pois, como colaboração, essa atitude de respeito para com o Ministro do Exterior, e não para comigo.

SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não houve desrespeito.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Pergunto ao senhor Ministro se vai consentir, ou não, nos apartes.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Vou consentir, senhor Presidente. A única coisa que desejo é evitar que uma exposição que apenas começa e que apenas feriu o tema nas suas características iniciais se possa tornar incompleta, uma vez que Vossa Excelência limitou até 16:30 horas o tempo de que disponho para exposição

SR. HAMILTON NOGUEIRA – Serei breve.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Vossa Excelência pode apartear pelo tempo que desejar. Sabe o grande apreço que tenho por Vossa Excelência e por todas as suas opiniões.

SR. HAMILTON NOGUEIRA – Pergunto a Vossa Excelência se houve qualquer desrespeito de minha parte.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Não.

SR. HAMILTON NOGUEIRA – Agora, em relação aos meus colegas, é preciso que tenham a paciência de ouvir as minhas palavras, democraticamente. Sou também nacionalista. Todos são nacionalistas, mas alguns são nacionalistas contra o Brasil. Senhor Ministro, não quero ser

obstáculo. Desejo apenas definir uma posição, para que não se veja uma incoerência entre uma atitude histórica naquela época do renascimento democrático e uma atitude também histórica da atual sovietação do mundo (*Muito bem. Palmas*).

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Quero responder a Vossa excelência, com o respeito que merece a sua figura de homem público e intelectual.

SR. HAMILTON NOGUEIRA – Muito obrigado a Vossa Excelência.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Compreendo muito bem os motivos que ditaram as exposições dos seus pontos de vista, mas quero lembrar a Vossa excelência que, no caso presente, não estamos discutindo nem ideologias, nem doutrinas, nem posições políticas, que possam ser envolvidas pelos Estados a que me estou referindo.

SR. HAMILTON NOGUEIRA – Compreendo perfeitamente o pensamento de Vossa Excelência. Não há qualquer conviência entre o reatamento de relações comerciais e a posição democrática de Vossa Excelência.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Agradeço a Vossa Excelência este esclarecimento perfeito, que encerra esta fase das minhas considerações.

O atual governo encontrou o problema do reatamento de relações entre o Brasil e a União Soviética já numa fase de processamento adiantado, que se iniciou sob o governo anterior. Como muito bem lembrou o deputado Hamilton Nogueira, havia no caminho do reatamento de relações um obstáculo de ordem ética e fundamental, e esse obstáculo residia num artigo injurioso contra o Brasil e o governo, publicado na *Gazeta Literária* de Moscou, em 1947, artigo sem cuja retratação completa o governo não desejava prosseguir examinando a possibilidade do reatamento. Além disso, as negociações se processavam nos Estados Unidos, por intermédio de nosso encarregado de negócios na capital daquele país, e vinham seguindo a mesma tramitação que caracterizou o reatamento de relações com outras potências do bloco socialista, isto é, o simples restabelecimento do direito de legação a ser exercido dentro dos princípios e normas do Direito Internacional Público.

O novo governo, neste particular, adotou as seguintes medidas:

Em primeiro lugar, aguardar que a retratação prometida fosse completa. E só depois que a mesma *Gazeta Literária*, na mesma página e com a mesma evidência, publicou artigo em que emitia conceitos contrários àqueles

que haviam dado lugar ao protesto brasileiro, foi que se admitiu o prosseguimento das negociações. Nossa primeira providência foi transferir essas negociações para o Rio de Janeiro e executá-las mais diretamente sob as vistas do governo brasileiro, para que ele pudesse acompanhar, *pari passu*, dados os aspectos que podiam ser ventilados a propósito do restabelecimento de relações com um Estado do qual, como disse há pouco, tão profundas divergências de caráter ideológico e doutrinário, constitucionalmente, nos separam. Nessa altura, tomou a chancelaria brasileira a decisão de subordinar o exame do reatamento puro e simples à criação de condições especiais, constantes de um convênio entre os dois países, para o exercício do direito de legação, de parte a parte, que nos permitisse assegurar aos nossos diplomatas, no outro país, um tratamento em tudo idêntico àquele que fosse dado aqui aos diplomatas da outra parte.

Esse convênio importa em limitação da liberdade de locomoção no território nacional para agentes diplomáticos e funcionários; importa em fixação de número máximo, só suscetível de alteração mediante novo acordo que importa em um sistema de retirada de pessoas, todas as vezes que isso se faça necessário, sem o processo preliminar de declaração de *persona non grata*, e em outras cautelas do mesmo gênero, estabelecidas com reciprocidade. Esse acordo resultou de um estudo acurado, a que procedeu o Conselho de Segurança Nacional, através de um dos seus mais ilustres oficiais, cujos subsídios foram integralmente aproveitados pela chancelaria.

SR. ADAUTO CARDOSO – Vossa Excelência poderia esclarecer se também em relação ao pessoal chamado “doméstico” houve essas mesmas limitações de locomoção?

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – As mesmas limitações inclusive quanto ao número, quanto à faculdade de retirada e, do mesmo modo, quanto aos correios diplomáticos. As medidas adotadas foram aquelas sugeridas pelo Conselho de Segurança Nacional, para que o ato de reatamento se pudesse processar nas condições mais indicadas para a segurança dos países, dentro daquele espírito de reciprocidade de tratamento que, como bem sabe a Câmara, é característica dos atos internacionais.

SR. PINHEIRO CHAGAS – Permita-me. No estágio do desenvolvimento econômico atual, o Brasil já não se poderia dar ao luxo de uma atitude isolacionista, devendo, muito pelo contrário, manter relações com todos os países do mundo onde o interesse comercial o chame. Este, senhor Ministro, o sentido de uma política nacional democrática e progressista. Isto

posto e com as cautelas anunciadas por Vossa Excelência para que o reatamento não sirva de pretexto à infiltração de ideologias estranhas, já agora podemos e devemos apoiar e defender a política externa anunciada por Vossa Excelência. Sem embargo de tudo, senhor Ministro de Estado, eu quereria deixar bem definida a nossa posição de formal repúdio ao comunismo internacional, anticristão, apátrida, liberticida (*Palmas*).

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Foram essas medidas, precisamente, nobre Deputado, as que, sugeridas pelos órgãos competentes, se incorporaram ao instrumento da negociação. Foram examinadas de lado a lado e permitiram que o governo brasileiro, depois de pesar maduramente os motivos que deviam levá-lo a esta decisão, hoje, às 14 horas, na sede do Ministério das Relações Exteriores em Brasília, em presença do excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores desta Casa e do Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, trocasse notas com a chancelaria soviética, restabelecendo as suas relações com aquele país (*Palmas prolongadas*).

SR. ARRUDA CÂMARA – Vossa Excelência me permite um aparte?

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Com muito prazer.

SR. ARRUDA CÂMARA – Começarei, senhor Ministro, por lamentar que o governo brasileiro, contra a maioria da opinião... (*Não apoiado*). “Não apoiado” não é argumento!

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Peço aos senhores Deputados que se manifestem na forma de tradição parlamentar do Brasil e ao Monsenhor Arruda que se dirija aos seus colegas com sua habitual serenidade. A todos solicito, ouçam pronunciamentos, sejam pró, sejam contra, em ordem e de modo que dignifique este plenário.

SR. ARRUDA CÂMARA – Senhor Ministro, vim aqui para raciocinar, não para ouvir vozes! Vim ouvir argumentos e apresentar argumentos. E exijo que meus argumentos sejam respeitados, como respeito os daqueles que de mim divergem (*Apoiado*). Dizia, senhor Ministro, lamentar que o governo brasileiro tenha tomado essa decisão e anuncie ao Brasil católico no dia nacional de Ação de Graças e, ainda mais, nas vésperas do aniversário do massacre realizado no Brasil, pelos comunistas, sob as ordens do enviado russo, o Sr. Harry Berger, em 27 de novembro de 1935. Senhor Ministro, o meu protesto contra essa atitude do governo não é de hoje. Lancei-o aqui, quando o Sr. Jânio Quadros, a quem apoiei para Presidente da República, iniciou essa política exterior e o renovo com toda minha energia, em nome dos meus

eleitores, em nome do eleitorado católico e do pensamento expresso pelo Cardeal do Rio de Janeiro...

SR. ALMINO AFONSO – Não há monopólio de católicos.

SR. ARRUDA CÂMARA – ...Será o monopólio, pelo menos da maioria nacional, que não está de acordo com esta tese (*Palmas*). Senhor Ministro, o governo brasileiro está dando um passo muito perigoso, cometendo talvez o mais grave erro de sua administração, aqui, e na esfera internacional. Sabe Vossa Excelência que quando se restabeleceram as relações do Brasil com a Rússia, foi enviado para aqui, como Embaixador, o Sr. Jacob Suritz, um dos maiores técnicos na preparação de revoluções. Trouxe para cá noventa técnicos na propaganda vermelha. E criou-se um ambiente de tal injúria aos nossos militares, de insulto aos nossos generais, de espancamento aos nossos diplomatas, que o General Eurico Gaspar Dutra foi obrigado a romper de novo as relações com a União Soviética. De modo que Vossa Excelência, por quem tenho a mais profunda admiração e estima...

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Muito obrigado.

SR. ARRUDA CÂMARA – ...cuja cultura respeito e apreço, receba da minha parte e da de meus eleitores a reação mais energética e o protesto mais solene contra o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com as Repúblicas Soviéticas Vermelhas.

SR. NELSON CARNEIRO – Queria lembrar ao senhor Deputado que estamos às vésperas do 27 de novembro, lembrado por Monsenhor Arruda Câmara e, a esta hora, transita no Senado projeto da Câmara que anistia aqueles comunistas que, em 27 de novembro, ensanguentaram o Brasil.

SR. ARRUDA CÂMARA – Esse é um argumento de insuspeição a meu favor para falar sobre esta tese.

SR. ABEL RAFAEL – Senhor Ministro, havia feito uma série de interpelações a Vossa excelência. Algumas delas já foram respondidas da tribuna. Desejaria, apenas, que Vossa excelência me dissesse, e à Casa, com relação à limitação de pessoal doméstico e burocrático destacado para a Embaixada soviética, se há um número que possa ser fornecido hoje, aqui.

SR. MINISTRO SAN TIAGO SANTAS – É meu desejo apresentar este acordo, na forma que me parece a mais adequada para natureza do ato, à Comissão de Relações Exteriores da Câmara. Nesse sentido, já pedi ao nobre deputado Raimundo Padilha que, em momento oportuno, reúna a comissão para tomar conhecimento direto do documento, quando, então,

não só esse ponto, mas quaisquer outros poderão ser examinados por Vossa Excelência e por qualquer um dos ilustres senhores deputados.

SR. ABEL RAFAEL – Fico muito agradecido a Vossa Excelência pela informação que nos dá. Quero dizer a Vossa Excelência e à Casa que ainda hoje recebi da Presidência da República, como todos os Deputados, um convite para comparecer logo às 6 da tarde, à cerimônia religiosa do Dia de Ação de Graças, ao *Te Deum Laudamus*, no Palácio do Planalto. Parece que o nosso governo acende uma vela a Deus e outra ao diabo (*Não apoiado*). Senhor Ministro, quero fazer uma última pergunta: Vossa Excelência estará ao lado do senhor Presidente João Goulart, do Primeiro-Ministro Tancredo Neves e dos demais Ministros, naquela cerimônia de reverenciamento da memória daqueles que morreram em 27 de novembro e estão no Cemitério São João Batista?

SR. MINISTRO SAN TIAGO SANTAS – Essa pergunta, nobre Deputado e meu ilustre amigo, apenas revela que Vossa Excelência, por maior que seja a clarividência de seu espírito, realmente não consegue separar uma questão de ordem puramente política e prática de uma questão ideológica e doutrinária (*Muito bem. Palmas*).

Tenho mostrado, ao longo de minha curta mas intensa vida pública, que sou democrata sincero e um adversário do comunismo internacional (*Muito bem. Palmas*). Todas as minhas atitudes depõem nesse sentido; todas as lutas políticas que enfrentei são o reflexo dessa realidade.

SR. ABEL RAFAEL – Devemos fazer distinção entre a pessoa do Ministro e o cargo.

SR. MINISTRO SAN TIAGO SANTAS – Vossa Excelência pergunta se estarei presente.

SR. ABEL RAFAEL – Perfeitamente.

SR. MINISTRO SAN TIAGO SANTAS – Estarei presente, com a consciência tranquila, por ter a certeza de que ali estou realizando um ato de fé, compatível com os meus princípios e sentimentos e que, nesse momento, aqui, estou servindo ao futuro do Brasil. (*Muito bem. Palmas*).

SR. ABEL RAFAEL – Registro com toda atenção o respeito que me merece Vossa Excelência essas restrições de ordem pessoal às minhas palavras. Mas quero dizer a Vossa excelência que não vejo por onde se possa distinguir o lado econômico da questão, quando, até hoje, não foram atendidas as partes econômicas desse reatamento de relações, quando a própria Missão Dantas, depois de correr toda a Europa socialista, nos traz

uma venda de 2 milhões e 100 mil sacas de café, para serem entregues em três anos, cota insuficiente para a nossa produção anual de mais de 50 milhões de sacas de café. Na parte econômica, que tanto se alardeia, eu, como professor de Economia e de uma Universidade, não vejo essa importância e a repilo, como homem inteligente e que raciocina. Na parte política, peço licença para dizer que não posso compreender uma nação cristã que reza um *Te Deum*, vai chorar seus mortos à traição, homens como meu conterrâneo Benedito Bragança, assassinado com um tiro na nuca, enquanto dormia, em 27 de novembro de 1935.

SR. PADRE VIDIGAL – Oportuna a recordação de Vossa Excelência.

SR. ABEL RAFAEL – ...como Danilo Palatini, que recebeu debaixo de um jornal um tiro desfechado por um amigo, com quem tomara café, cinco minutos antes, vai reverenciar a memória desses homens de 27 de novembro de 1935, com todo o governo – Presidente da República, representantes do Executivo e do Judiciário – e ao mesmo tempo restabelece relações com uma nação materialista, nação assassina, que pagou os assassinos, que mandou Harry Berger aqui para auxiliar aquela revolução, que mandou dinheiro para sustentar a revolução no Brasil. Outro dia, ouvimos o chefe confesso da representação russa no Brasil, o senhor Luís Carlos Prestes, dizer em São Paulo, em discurso no salão das classes laboriosas daquele Estado: “Nós nos orgulhamos de haver pegado em armas em 1935”. Querem que não tenhamos mais essa consciência política de reatar relações com a nação que tão maus resultados está dando na Argentina, no Uruguai, que assassinou nossos irmãos? Estamos assim, dando novas armas para que assassine novos irmãos. Senhor Ministro, ressalvo a pessoa de Vossa Excelência, a integridade pessoal de Vossa Excelência, mas, ao senhor Ministro do Exterior condeno, porque estamos dando armas aos inimigos, para que assassinem mais irmãos nossos. É um absurdo! Isto só acontece nesta terra de confusão, em que se reza o *Te Deum*, se choram os mortos à traição e se reata relações com os assassinos de nossos irmãos. Isto é traição.

SR. MINISTRO SAN TIAGO SANTAS – Nunca pensei, nobre Deputado Abel Rafael, que um espírito lúcido como o de Vossa Excelência se pudesse deixar toldar tão profundamente pela paixão.

SR. BEZERRA LEITE – Permite Vossa Excelência um aparte?

SR. MINISTRO SAN TIAGO SANTAS – Com muito prazer, mas quero antes dar oportunidade de se manifestar ao senhor Deputado Fernando Santana, que me pediu antes o aparte.

SR. FERNANDO SANTANA – Senhor Ministro, Vossa excelência vem expondo, com o máximo de cuidado, todas as medidas que o governo tomou para o reatamento de relações com a União Soviética. Argumenta-se aqui que, sendo o Brasil um país católico, não seria justo esse reatamento. Recordaria aos colegas que raciocinam desse modo, o exemplo de outros países, também católicos como o Brasil, e que no entanto mantém relações com aquela nação. Em verdade, se fôssemos ver o problema por esse lado, que diríamos da Itália, da França, da Inglaterra, da Bélgica, dos Estados Unidos e de todos os países que agem dessa maneira, e não apenas os cristãos, porque há, nesse rol, também outras religiões monoteístas, como os muçulmanos. Vejo, nesse ato do governo, que Vossa Excelência, nesse instante, anuncia à Câmara uma consequência natural de política da nossa chancelaria, iniciada há alguns anos pelo ex-Chanceler Horácio Lafer, que reatou relações comerciais do nosso país com a Rússia Soviética. Vejo mais, senhor Ministro, na elaboração sistemática da Operação Pan-Americana, pela qual o Itamaraty também é responsável, toda uma argumentação, todo um processo que justifica a ampliação de nossos mercados e das nossas relações diplomáticas com todo o mundo (*Muito bem*).

Ali, senhor Ministro, naquele documento elaborado, inclusive com a participação do ex-Embaixador Augusto Frederico Schmidt, lemos com todas as letras, que o destino do nosso país seria pautado não só na abertura de novas áreas comerciais, até mesmo com a China comunista, mas também no reatamento das relações diplomáticas com todos os povos, como imposição histórica para a nossa diplomacia. Sabe Vossa Excelência que também o Embaixador brasileiro na Rússia, àquela época, senhor Pimentel Brandão, fez um relatório minucioso ao Ministro, dizendo, entre outras coisas, da inconveniência daquele rompimento e mostrou também outras críticas, na mesma ocasião feitas, naquele mesmo jornal, ao Presidente dos Estados Unidos e que não foram levadas em consideração pelo governo norte-americano. Como sabe Vossa Excelência, nossa imprensa costuma agredir os chefes de Estado de todos os países da Europa, do mundo, constantemente, deliberadamente, e isso nunca foi motivo para que a nossa chancelaria rompesse relações diplomáticas. O incidente com o Cônsul Soares de Pina, figura central do incidente na URSS, motivo capital do rompimento que, Vossa Excelência sabe, não chegou a ser um preso; esse diplomata, de volta ao Brasil, ao participar da primeira festa no Hotel Quitandinha, comportou-se tão mal que alguns industriais nossos tiveram que sorrá-lo

barbaramente. E depois, esse mesmo Cônsul, já nos Estados Unidos, em Los Angeles, foi, para vergonha nossa, trancafiado no xadrez e seu retrato atrás das grades, exposto em todos os jornais do mundo. Por esse incidente também não rompemos relações com os Estados Unidos, nem deveríamos romper, pois o comportamento mau de um diplomata não justifica a atitude radical do governo brasileiro de romper relações diplomáticas com outro país (*Palmas*).

Por essas razões, senhor Ministro de Estado, e sobretudo pensando neste país, de produção *per capita* ainda muito baixa, necessitamos estender nossas relações comerciais e diplomáticas com todos os países. E acrescentando, senhor Ministro, que o Convênio Internacional do Café deixou fora das cotas estabelecidas para cada país uma dezena de outros, desse bloco com o qual Vossa Excelência agora restabelece relações, nosso país, que tem produção de café em excesso, precisa vender nesses mercados não computados na cota internacional.

SR. MINISTRO SAN TIAGO SANTAS – Muito obrigado.

SR. BEZERRALEITE – A pátria do capitalismo – os Estados Unidos – pátria do cristianismo – a Itália – a pátria da civilização – a França – esses três países, essas três lideranças – política, religiosa, cultural – do mundo mantêm as relações diplomáticas e comerciais com a União soviética e com os países socialistas. O Brasil, assinando hoje o tratado que restabelece as relações diplomáticas com a União Soviética, filiou-se a essas três correntes do pensamento mundial e está bem acompanhado nessa sua decisão. Não procede, senhor Ministro, a alegação de que o mundo socialista comprou apenas três milhões de sacas de café para três anos. É cerca de um bilhão de consumidores em potencial, com os quais a economia vai transacionar, graças à sábia orientação que Vossa Excelência está imprimindo ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

SR. MINISTRO SAN TIAGO SANTAS – Muito obrigado. Concedo o aparte ao Deputado João Mendes.

SR. JOÃO MENDES – Senhor Ministro. A Ação Democrática Parlamentar, na sua declaração de princípios, diz que não se opõe às relações do Brasil com qualquer país do mundo; mas acrescenta: atendida a oportunidade dessas relações. Ao chegar a este recinto, Vossa excelência demonstrava as cautelas do governo no reatar dessas relações. Vossa Excelência deixou em meu espírito a certeza de que essas cautelas, elas mesmas, justificam, a inconveniência dessas relações (*Muito bem*). Se é

necessário policiar os diplomatas, por que vamos reatar relações com essa nação, que manda para aqui representantes policiáveis, que ameaçam as instituições democráticas?

SR. PEREIRA DA SILVA – E espiões, talvez.

SR. ALMINO AFONSO – Senhor Ministro, o Partido Trabalhista Brasileiro congratula-se com o governo e com Vossa Excelência em particular, pelo êxito diplomático, que se coroa com o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética. É ponto programático do Partido Trabalhista Brasileiro a manutenção de relações diplomáticas do Brasil com todos os povos do mundo, sem restrições de qualquer natureza, ressalvadas aquelas que signifiquem a defesa da soberania nacional. A exposição de Vossa Excelência, serena, segura, racional, deploravelmente não encontrou, nos opositores à medida que o governo anuncia à Casa, pela palavra de Vossa Excelência, argumento que merecesse um rebate mais seguro. Todos sabem que, neste instante, a grande luta dos países subdesenvolvidos é rigorosamente quebrar a barreira que mantém cada um desses países no estágio de atraso em que suas populações vegetam; todos sabem que tal não será possível no Brasil sem que agressivamente busquemos, em todos os recantos do mundo, mercados novos onde possamos vender nossos produtos e, à base dessa venda, garantir uma receita maior que financie o próprio desenvolvimento econômico do país.

Este, o ponto fundamental. Fora disso, qualquer raciocínio é romântico ou desligado da realidade política e social do povo brasileiro, neste instante de sua luta. Este, o fundamento básico do ponto de vista que o governo sustentou e concluiu de maneira vitoriosa, com o reatamento que Vossa Excelência anuncia à Casa. Nem teria qualquer sentido, sendo aquele de natureza puramente farisaica, que se pudesse ao mesmo tempo advogar a tese de um reatamento de relações comerciais com os países socialistas, esquecendo o reatamento de relações diplomáticas. Todos sabem que, havendo nos países socialistas o monopólio do comércio exterior, é irrecusável que no instante em que qualquer país do mundo negocia com os países socialistas, em verdade o faz de Estado para Estado. Não há por que, portanto, encobrir a realidade. O governo brasileiro, ao assumir a responsabilidade histórica, sem dúvida é digno de todo aplauso do povo brasileiro, porque corresponde ao interesse nacional, nesse instante, e reatando as relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, o faz na segurança que amplia suas possibilidades de luta contra o seu próprio subdesenvolvimento. Vossa

Excelência está de parabéns, por em tão pouco tempo à frente da chancelaria brasileira, ter obtido esse êxito diplomático, merece do povo brasileiro o respeito e o aplauso. Não posso aceitar que alguém levante, nesta Casa, como o fez Monsenhor Arruda Câmara, a alegação de que se desvincula do povo a ação do governo no momento. Recordo-me muito bem de que toda a campanha do Sr. Jânio Quadros, que obteve tão expressiva votação do povo brasileiro, foi feita, inclusive, à base de defesa da tese que neste instante se consubstancia na posição que Vossa Excelência defende, com brilho e com segurança, em termos de exclusivo interesse nacional. Teria a aduzir apenas, nobre Ministro, o apelo de que essa relação que Vossa Excelência acaba de anunciar à Casa não tenha um efeito meramente formal, mas em vez disso, se tirem dela as consequências indispensáveis à luta contra o subdesenvolvimento brasileiro. Que possamos, realmente, nas relações diplomáticas com o mundo socialista, inclusive a União Soviética, alcançar a garantia de que partimos para uma luta agressiva, total e absoluta, onde quer que se encontre, em qualquer área que se coloque, de modo que se assegure ao povo brasileiro aquele desenvolvimento econômico a que faz jus, em que as riquezas nacionais possam realmente ser repartidas na medida do trabalho do povo brasileiro e não prossiga, como ainda hoje está, presos a determinada área econômica que dita a nós, a seu bel-prazer e ao sabor de seus interesses, aquilo que lhe convém, contrariando sempre os interesses do povo brasileiro. Os aplausos do Partido Trabalhista Brasileiro a Vossa Excelência, que é membro do Partido Trabalhista Brasileiro, de que nos orgulhamos neste instante, e ao governo brasileiro, pela atitude corajosa que adotou.

SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES – Estão orgulhosos agora. Mas impediram que ele fosse Ministro.

VOZES – *Agora! Agora!*

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazilli) – O nobre Deputado está concluindo o seu aparte.

SR. ALMINO AFONSO – Nobres Deputados e ilustre Ministro San Tiago Dantas, não sou homem de deixar que a luta contra o subdesenvolvimento, à parte colocado maldosamente neste instante, possa eventualmente criar um clima de confusão entre o Ministro, que é o Partido Trabalhista Brasileiro e o líder do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa. O que tinha a dizer como líder de partido já foi dito e não há o que contestar (*Palmas*). Aludo agora, em duas palavras – e fala o Deputado Almino Afonso – às distâncias existentes, e que não foram superadas entre mim e o

Ministro San Tiago Dantas; Sua Excelência as conhece, nunca as neguei. Não me retiro neste instante da posição que tenho honradamente defendido e sustento, sem que isto quebre, absolutamente, um clima de cordialidade e respeito ao senhor Ministro. A luta que politicamente muitas vezes temos travado – eu, de um lado, e Sua Excelência do outro – dentro do Partido Trabalhista Brasileiro, revela simplesmente sintoma da vitalidade de um partido que cresce democraticamente (*Palmas*). Não há por que, portanto, buscar confundir atitude que merece respeito e aplauso com atitude que, porventura, a qualquer instante, tenha sido ditada por gesto de outra natureza. A posição do Partido Trabalhista Brasileiro é clara e completa: o Partido Trabalhista Brasileiro apoia o ato do governo e aplaude a ação diplomática de Vossa Excelência (*Palmas*).

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazilli) – Senhor Ministro, Vossa Excelência vai consentir, porque se trata de disciplinar os trabalhos, no interesse mesmo de Vossa Excelência, atinjamos aquele termo de nossa inicial combinação com Vossa Excelência e com o plenário. São 16:30 horas e deveríamos passar imediatamente à matéria fundamental que está na ordem do dia. É certo que Vossa Excelência teve que ceder grande parte de seu tempo a intervenções e, sendo assim, já agora para que pudesse concluir sua comunicação à Casa, disporia de apenas mais 10 minutos. Vossa Excelência não tem, assim, nesse lapso de tempo, condições para ainda conceder apartes.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Senhor Presidente, creio eu que Vossa Excelência e toda a Casa conferem ao episódio que estamos vivendo na tarde de hoje a transcendência que ele tem.

E creio que não estaremos violando as tradições regimentais da Câmara dos Deputados, se eu pedir a Vossa Excelência que estenda ainda mais esse tempo, porque teria consequências desfavoráveis para a clara inteligibilidade da posição do governo que me visse na necessidade de abreviar justamente a parte de minha exposição em que devo abordar os fundamentos do ato; por outro lado, não gostaria de deixar de conceder dois ou três apartes que já me foram pedidos há muito tempo e cuja recusa, nesta altura dos debates, seria desprimorosa (*Palmas*).

Pediria, por isto, a Vossa Excelência, senhor Presidente, licença para passar um pouco desse tempo, e permissão para limitar esses apartes aos que já me foram pedidos pelos nobres Deputados Padre Vidigal e Raymundo Padilha. Creio que eram os únicos.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – São muito razoáveis as ponderações do senhor Ministro e o plenário mesmo há de facilitar-lhe, já agora, a oportunidade, para não deixar incompleta a exposição.

É indispensável a colaboração do plenário, deixando de interromper o senhor Ministro, para que Sua Excelência possa efetivamente completar sua exposição.

SR. RAYMUNDO PADILHA – No que me concerne, senhor Ministro, pediria a Vossa Excelência, então, me fosse concedido o privilégio de apartear-lo em seguida ao término de sua brilhante exposição. Acabo de ouvir de Vossa Excelência que os fundamentos do ato mal foram esboçados, de certa maneira, provocaram um começo de tempestade, que teria perturbado grande parte de sua exposição, e não me quero associar a qualquer ato de perturbação. Então, solicitaria a Vossa Excelência me fosse deferida a possibilidade de manifesta-me logo em seguida à palavra final de Vossa Excelência, com os fundamentos que são por Vossa Excelência anunciados.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – De pleno acordo. E agradeço a Vossa Excelência a colaboração.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – A Presidência deve interferir para dizer que, neste caso, iríamos para interpelação, a réplica e a tréplica, o que é impraticável nesta altura dos trabalhos. Nobre Deputado Raymundo Padilha, Vossa excelência poderá dar seu aparte, mas não dentro desse método de trabalho que a Mesa não vê como aceitar, pois estenderá o tempo do senhor Ministro com elastério de que não dispõe, pois a Mesa precisa levar adiante os trabalhos que lhe cumpre hoje ainda realizar.

SR. RAYMUNDO PADILHA – Com a devida vênia do senhor Ministro de Estado, quero crer que incide Sua Excelência, o Presidente da Câmara, no mais completo dos equívocos. Não pretendo fazer qualquer interpelação. Apenas escolhi uma oportunidade, como o poderia fazer qualquer Deputado, para apartear. Se esta oportunidade me é dada pelo senhor Ministro de Estado, em determinado ensejo, falarei, se Sua Excelência tal aprover. Não estou aqui querendo prevalecer-me do elastério a que alude o nobre senhor Presidente.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Concederei o aparte a Vossa Excelência...

SR. RAYMUNDO PADILHA – Na devida oportunidade, falarei, porque agora anteciparia determinados julgamentos que serão proferidos dentro em pouco por Vossa Excelência.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – ...logo que termine a exposição dos argumentos e antes de concluir.

SR. BEZERRA LEITE – Senhor Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com licença do orador.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Tem Vossa Excelência a palavra.

SR. BEZERRA LEITE (*Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador*) – Senhor Presidente, consultaria a Mesa sobre se seria possível admitir-se agora um pedido de prorrogação da sessão, até às 19 horas, de maneiro a que pudéssemos ouvir o senhor Ministro por mais uma hora (*Muito bem*).

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Queira Vossa Excelência encaminhar o requerimento à Mesa para que o Plenário se manifeste a respeito. Como haverá sessão extraordinária hoje, em seguida a esta, será indispensável um intervalo, para que os senhores Deputados possam pelo menos alimentar-se.

Anuncio requerimento de autoria do nobre Deputado Bezerra Leite, de prorrogação da sessão por uma hora.

Os senhores que o aprovam queiram ficar como se encontram. (*Pausa*).

Aprovado.

Continua com a palavra o senhor Ministro.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Antes de conceder o aparte ao nobre Deputado Padre Vidigal, quero pedir licença aos meus ilustres colegas para manter o sistema que havia anunciado anteriormente.

Vou ouvir o aparte de Sua Excelência e, em seguida, apresentar as motivações que levaram o governo a concluir o ato anunciado. Terminadas essas motivações, e antes de passar às considerações finais da minha exposição, terei o maior prazer em abrir oportunidade para todos os apartes dos eminentes colegas.

Tem a palavra o Deputado Padre Vidigal para o aparte que me honra.

PADRE VIDIGAL – Senhor Ministro das Relações Exteriores, para Vossa Excelência não é apenas o Deputado que aparteia o titular da Pasta neste momento: é também seu fraternal amigo de muitas horas de convívio agradável e até inesquecível. Sabe Vossa Excelência, senhor Ministro, que as Embaixadas russas na maioria dos países ocidentais têm sido e são focos de espionagem. São focos de campanhas subversivas, são focos de campanha doutrinária comunista, ateia, materialista. É inegável isso. Acaba Vossa Excelência de visitar a Argentina e o Uruguai e, no convívio do Presidente

Frondizi e do Chefe de Gabinete, Haedo, Vossa Excelência constatou as medidas de prudência, de rigorosa prudência do governo argentino, e a severa atitude do governo uruguaio contra os maus efeitos dessa política de relações comerciais e, sobretudo, diplomática com a Rússia. No momento em que o governo brasileiro, na sua parte do Poder Executivo, se prepara para prestar homenagem às vítimas da Intentona Comunista, quero despertar a lembrança de Vossa Excelência para um depoimento do Sr. Luís Carlos Prestes, na Câmara dos Deputados, no sentido de que, no caso de uma luta entre o Brasil e a Rússia, ficaria com a Rússia. Estamos seguros de que os comunistas brasileiros continuam pensando da mesma maneira. E, no momento em que se vai prestar uma homenagem às vítimas dos comunistas, àqueles que foram assassinados enquanto dormiam, como aconteceu com o nosso bravo e inesquecível coestadano Major Bragança, não vejo, senhor Ministro, por que esquecer isso, estabelecendo relações com um país que vai manter foco de espionagem no Brasil, de propaganda subversiva dessa doutrina deletéria. Eis por que estranho a próxima homenagem que o senhor Presidente da República e o Gabinete irão prestar a essas vítimas do comunismo. Quando se reatam as relações do Brasil com a Rússia, parece-me injustificável tal homenagem, a não ser que o gabinete, com o Presidente da República a frente, pretenda prestá-la da maneira a mais esquisita.

SR. PLÍNIO SALGADO – Duas palavras apenas. Peço me inscreva para pequeno aparte que será, talvez, de menos de um minuto.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Não só a Vossa Excelência como a todos os eminentes colegas que o desejam apartear-me, terei o prazer e a honra de conceder os apartes, quando me aproxime da parte conclusiva de minha exposição.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Nestas condições, o senhor Ministro não será mais apartado, até o momento que se pronunciar sobre a oportunidade de receber apartes.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS - Senhor Presidente, como dizia, o governo brasileiro encontrou o processo de reatamento de relações na fase que indiquei e julgou de seu dever prosseguir nele, adotando as cautelas que foram por mim enumeradas e que nos permitiram chegar, no dia de hoje, à troca dos atos que restabelecem as relações diplomáticas aludidas.

O primeiro ponto para o qual desejo chamar a atenção da Câmara é que o governo não foi levado a essa decisão por nenhum motivo de simpatia, nem mesmo de tolerância ideológica ou doutrinária, mas, sim, por considerações

de ordem política e de ordem econômica, em que entram em linha de conta, única e exclusivamente, os interesses do nosso país.

No tocante às motivações políticas, senhor Presidente, peço licença para lembrar à Casa que os Estados que hoje mantêm relações com a União Soviética sobem a 71; entre eles, quase todas as democracias modernas. Na Europa, com exceção talvez apenas dos países ibéricos, todos os outros se inscrevem entre os que mantêm relações diplomáticas com a União Soviética. Na América, os Estados Unidos, o Canadá, a Argentina, o Uruguai mantêm relações regulares e trocam, com aquele país, embaixadores ou ministros.

Qual a razão por que esses países, democráticos como os que mais o sejam, fiéis aos princípios em que vazaram as suas instituições políticas, mantêm essas relações diplomáticas e aceitam, como convenientes para a política internacional que praticam, a troca de embaixadores e a manutenção de missões especiais?

Na verdade, senhor Presidente, essa razão há de encontrar-se, única e simplesmente, na conveniência dos contatos diplomáticos entre os povos, mesmo quando são mais profundas as suas divergências e até, com maioria de motivos, quando os pontos de discordância e de atrito aconselham a esses povos que mantenham aberta a possibilidade de discutir e de conversar, para que os atritos e os antagonismos não se exacerbem e não se transformem, a cada passo, em foco de discordâncias maiores.

Na realidade, senhor Presidente, a posição política do Brasil, no mundo de hoje, por definições reiteradas e progressivas de sua chancelaria, é, acima de tudo, de defesa intransigente da paz e dos meios capazes de propiciá-la (*Muito bem*).

A paz não se manterá se o preço que tivermos de pagar por ela for o isolamento. Se as nações se recusarem ao diálogo, se os Estados modernos se fecharem uns aos outros, transformando suas dissidências em prevenções e idiosincrasias, o único resultado dessa atitude há de ser a exacerbação da intolerância e da incompreensão. E, no dia em que a intolerância estiver exacerbada até o ponto extremo, então, realmente, não restará ao mundo outro caminho senão o da guerra. Por isso, senhor Presidente, creio que é dever de consciência de todo homem público desvendar aos olhos do povo que todo isolacionismo político, nos dias de hoje, é uma atitude belicosa. Quem deseja manter os povos isolados uns dos outros, sem contato, sem conversações, sem convivência, longe de estar trabalhando pela diminuição das tensões internacionais e pela eliminação progressiva dos atritos, está

trabalhando pela acumulação das resistências, dos ódios recíprocos, das incompreensões e pelo aumento constante do risco de guerra. Deste dilema é que não parece possível ao governo brasileiro escapar nos dias de hoje. Se queremos sinceramente a paz, temos de ser os advogados da coexistência e não podemos admitir que se parta do princípio de que o regime democrático é dotado de tal fragilidade, que, se for posto em contato e em confrontação com os regimes socialistas, o seu destino estará selado.

Essa afirmação, em primeiro lugar, não é verdadeira. Ela não corresponde à realidade dos nossos dias, pois, pelo contrário, o que se verifica é que os Estados socialistas, embora se tenham revelado capazes de resolver, da maneira mais satisfatória, os problemas econômicos e tecnológicos, ofereceram, no campo das soluções políticas, esquemas frágeis, muito inferiores, como técnica de governar, àquilo que tem sido alcançado pelas democracias. A democracia é, de todas as formas de governo, a que melhor resiste à confrontação e, portanto, a que melhor se impõe, através da coexistência.

Supor que a democracia dependa, para sua sobrevivência, de baixar-se em torno dela uma nova e paradoxal cortina de ferro, é negar a própria verdade da história contemporânea e fomentar condições favoráveis ao desencadeamento de uma nova guerra.

Essa é uma motivação política fundamental, a que o governo brasileiro não podia deixar de ser sensível, ao encarar o problema das relações políticas com os países socialistas e, especificamente, com a União Soviética.

Todos sabem o que tem representado a Organização das Nações Unidas, como grande fórum onde as nações se têm confrontado continuamente e onde têm podido transformar em debate e em agressão verbal aquilo que, de outra maneira, poderia transformar-se em agressão militar. As Nações Unidas têm sido o grande mecanismo hipotensor que, em inúmeras oportunidades, tem feito baixar as tensões internacionais. É o resultado da coexistência, do convívio, é o constante debate, que inclina os povos à negociação e, dessa maneira, prepara condições favoráveis ao advento de uma paz durável.

As relações entre os povos desempenham o mesmo papel. Os povos que não se encontram, os povos que não trocam legações, que se isolam diplomaticamente, são povos entre os quais cresce a incompreensão e o ressentimento. Pelo contrário, os que mantêm a capacidade de negociar e de conversar são povos que podem trabalhar pela maior das causas a que, hoje, se propõe a humanidade: evitar a destruição coletiva, não apenas a destruição

física, mas também a destruição moral, porque, nos termos em que o armamento nuclear e termonuclear colocou a guerra moderna, esta deixou de representar uma alternativa aceitável em certos casos e tornou-se um mal a combater por todos os meios.

A paz, já o disse uma vez nesta Câmara e volto a repetir, deixou de ser, no mundo de hoje, um ideal relativo e se tornou um ideal absoluto; e, para defendermos esse ideal, para fazermos com que a paz se consolide, se aprimore e deite raízes, ainda não se descobriu outro modo, senão o de conviver, o de debater e o de negociar.

Disse o presidente Kennedy, certa vez, com propriedade: – “Estamos prontos a negociar, embora não desejemos negociar compelidos pelo medo”. Não é compelido pelo medo que pretendemos negociar.

O que desejamos é criar para nosso país um acesso amplo ao grande debate universal, através do qual poderemos incessantemente trabalhar nesta tarefa que merece a consagração total dos nossos esforços, a tarefa da preservação da paz.

Mas, senhor Presidente, a motivação política não é a única que nos leva a adotar resolutamente o caminho do restabelecimento de relações. Também cedemos a uma outra motivação, que é a motivação econômica. Tive, há pouco, oportunidade de ouvir um aparte – de um dos nossos mais distintos colegas – de que não tinha expressão considerável, em algarismos, o que até hoje se realizou em matéria de trocas entre o Brasil e os países socialistas.

De nada valem as cifras isoladas, de determinado momento, ou de determinada relação. A chancelaria brasileira se vem empenhando a fundo no estudo das perspectivas do nosso comércio, porque não existe, hoje, problema mais decisivo e mais dramático para o futuro da comunidade, à qual pertencemos, do que este das projeções da nossa economia nos anos próximos, especialmente no período que se estende de 1961 a 1970, que será o grande período crítico do nosso desenvolvimento econômico, enquanto não pudermos contar com um grande e diversificado mercado interno.

Quero pedir à Câmara licença para ocupar sua atenção com algumas dessas observações e dados, que me parecem indispensáveis, para que nosso país ganhe consciência plena de suas perspectivas e, sobretudo, saiba como são sombrias, como são dramáticas as avenidas que se abrem diante de nós no terreno da expansão econômica. A verdade é que o Brasil vive, senhor Presidente, nos dias de hoje, um grave episódio do seu crescimento como nação.

A marca dominante desse episódio é a verdadeira explosão demográfica ocorrida em nosso país. Em vez da taxa de crescimento de 2,5% ao ano, que vínhamos admitindo para a nossa população, o que se verificou nos últimos anos é que o Brasil cresce a uma taxa crescentemente acelerada e que essa taxa, no último ano, atingiu o nível de 3,5%. Graças a este fato, a situação do Brasil, no momento atual, pode ser representada através dos seguintes dados fundamentais: estamos com uma população que se estima, em 1960, em 70.528.000 habitantes; em 1970, essa população atingirá 99 milhões; e, em 1980, 125 milhões. Dessa população que hoje temos, já de 70 milhões e meio, considera-se população ativa, tomando parte no processo econômico, 24 milhões de habitantes; e população inativa, os 46 milhões restantes. O produto nacional bruto do nosso país, isto é, a soma de mercadorias e serviços que atende às necessidades desta vasta população, orça por 2 trilhões e 454 bilhões de cruzeiros, tomando como base para estes estudos um cruzeiro deflacionado, que é o cruzeiro de 1960. Desta população ativa de 24 milhões de habitantes, 9 milhões e 200 mil estão nas cidades e 14 milhões e pouco nos campos.

Como se mantém uma população ativa nos campos ou nas cidades? Os economistas nos ensinam que, a cada homem ativo que trabalha em determinado país, corresponde certa quantidade de capital, que possibilita o seu trabalho e lhe assegura rendimento. Nos baixos, nos baixíssimos níveis da economia rural brasileira de hoje, não passa de 70 mil cruzeiros o que se estima como capital necessário para a produção de um homem ativo na zona rural. E, na zona urbana, se fizermos a média entre os que estão ocupados na indústria e os que estão ocupados em outros serviços, o algarismo é 420 mil cruzeiros por pessoa.

Todo este quadro, senhores Deputados, está exposto a uma permanente evolução. Esta evolução se faz sentir, em primeiro lugar, como disse a pouco, no crescimento global da população, mas, ao mesmo tempo que a população cresce, opera-se dentro dela um deslocamento de posições, porque, graças a um dos aspectos mais positivos da nossa situação econômica e social, a população ativa do Brasil aumenta todos os anos. Há, por conseguinte, um índice de ativação da população. Mais pessoas inativas se tornam ativas todos os anos, a uma taxa que se estima em 0,7% ao ano. E, ao lado desse movimento, um outro – de grande importância – ocorre, com o qual todos estamos familiarizados, que é a transferência da população dos campos para as cidades, o fenômeno da urbanização, o deslocamento da população ativa

rural para a área urbana, onde ela procura reocupar-se em serviços vários ou em indústrias. Qual é a taxa à qual aumenta a população ativa urbana e diminui a população rural? O percentual de 2,7 ao ano. Que quer isto dizer, senhores Deputados, se um homem do campo representa setenta mil cruzeiros de capital e um homem ativo da cidade representa 420 mil cruzeiros? Isto significa que as necessidades de capital no nosso país crescem de maneira vertiginosa e que, se nós tivéssemos uma taxa de crescimento do produto nacional bruto igual à do crescimento da população, ao invés de estagnarmos, regrediríamos violentamente. Porque, como as necessidades de capital crescem em virtude desses deslocamentos internos, a taxa de crescimento do produto nacional bruto tem de ser muito mais violenta do que a taxa de crescimento da população. Pois nós, que temos tido, nos últimos tempos, uma taxa de crescimento do produto nacional que não tem chegado a 4% ao ano, feitos os estudos mais rigorosos sobre qual seria a taxa necessária para nos mantermos no nível atual de renda, chegamos à conclusão de que ela precisaria ser de 6%. Se o Brasil conseguir aumentar o seu produto nacional bruto de 6% ao ano, em vez dos três-vírgula-tanto que está aumentando atualmente, nós não progrediremos um passo, continuaremos a ter, mais ou menos, o nível de vida de hoje. Para aumentarmos, para progredirmos, precisamos atingir o nível de 7,5% ao ano, um nível dos mais elevados, que exige de qualquer economia um alto índice de dinamização.

Pois bem, senhor Presidente e senhores Deputados, entre esse índice de aumento e o comércio do país existe uma relação das mais íntimas, uma relação a cujo exame não nos podemos furtar. É que nos primeiros anos, para podermos aumentar as nossas condições de produção, nós temos necessidade de aumentar – e de aumentar rapidamente – o volume das nossas importações de bens de capital, de máquinas, de equipamentos e daquilo que os economistas chamam os *in sumus*, isto é, as matérias-primas, os combustíveis, as unidades semiacabadas.

Já é hoje a importação brasileira formada, em sua parte dominante, por esses equipamentos e por esses *in sumus*, porque o desenvolvimento da indústria nacional tem conseguido substituir para nós a importação dos bens de simples consumo, já acabados.

Mas as necessidades que teremos, para podermos assegurar um nível elevado de industrialização nos próximos anos, essas necessidades são rigorosamente estudadas e constantes destes relatórios, que para aqui trouxe e que ponho à disposição da Câmara e de qualquer dos senhores Deputados,

e que gostaria de discutir e examinar mais longamente em qualquer das nossas comissões.

Estes relatórios demonstram que nossa importação precisará aumentar nos próximos anos, de maneira decisiva, para que possamos enfrentar nosso programa de desenvolvimento e atingir as escalas de crescimento desejadas.

Aqui tenho, nas mãos, um quadro em que todas estas correlações estão indicadas. Peço um pouco de paciência à Câmara para repetir aqui alguns algarismos.

Tomemos o ano de 1961.

Em 1961, o nosso produto nacional bruto é de 17 bilhões de dólares. Estou agora falando em dólares. Em vez de tomar o cruzeiro padrão de 59, tomo o dólar deflacionado de 60.

A taxa de crescimento, hoje, é de 3,8%; a renda *per capita* dos brasileiros, 240, depois dos últimos corretivos feitos às estatísticas divulgadas pelo IBGE – um dos níveis mais baixos de renda entre os países subdesenvolvidos, baixo mesmo no quadro regional da América Latina. E as nossas exportações, que no ano passado orçavam por um bilhão e quatrocentos milhões de dólares, esperamos que este ano sejam de um bilhão e seiscentos milhões. A que níveis precisaremos elevar as nossas exportações para alcançarmos, em 1965, daqui a apenas quatro anos, este algarismo de 7,5% a que me referi como essencial para um mínimo de desenvolvimento razoável para o nosso país? Precisaremos elevar as nossas exportações a três bilhões e 166 milhões de dólares. Quer isto dizer que a nossa exportação de hoje terá de duplicar. E, se não conseguirmos dobrar a nossa exportação da maneira que aqui estou indicando, o que nós estaremos preparando ao nosso país, não para os nossos filhos, não para os nossos netos, mas para aqueles que aqui vierem tomar assento na próxima legislatura, já é o espetáculo das comunidades asiáticas em franca regressão.

Essa situação, senhores Deputados, é de tal natureza, que um país sobre o qual pesa esse desafio, não tem o direito de colocar limites de qualquer natureza à sua necessidade de procurar novos mercados. Discriminar é fazer discriminações à custa do futuro do nosso povo e das condições mínimas do seu desenvolvimento e da sua segurança econômica. Temos de examinar a situação mundial e temos de ver, dentro dela, onde podemos colocar as nossas mercadorias.

Peço licença, então, para deixar de lado esse estudo e passar a um outro, o das perspectivas do comércio mundial. É claro que só poderemos saber

para onde se deve dirigir a agressividade do nosso comércio e da nossa expansão se tivermos procedido a um exame criterioso, área por área, das tendências do comércio mundial, naquelas áreas onde o comércio estiver em regresso e em retração, onde os povos se estiverem endividando, por não conseguirem exportar tanto quanto baste para cobrir as suas importações nessas áreas. Senhores Deputados, é claro que não teremos grandes probabilidades de encontrar possibilidades para capturar os excessos de crescimento e irmos colocar ali esse aumento de exportação que nos é essencial.

Aqui está, senhores Deputados, um quadro que também ponho à disposição de Vossas Excelências, para que possam examinar todos os critérios e todas as fontes com que trabalha o Itamaraty. Pois que todos esses estudos procedem do Serviço Técnico de Análise e Planejamento da chancelaria brasileira. Aqui se encontra o estudo das tendências do comércio mundial. Considerando-se o período de um decênio, período crítico de 1960 a 1970, aqui está a percentagem de cada área dentro do comércio mundial e o modo por que ela evolui. A tendência do comércio, nos próximos dez anos, acusa um aumento global de 4,56%. Esse deverá ser, segundo as projeções técnicas mais rigorosas, o aumento no comércio mundial. Como contribuem as diferentes áreas para esse aumento? Algumas crescem mais do que 4,5%, outras crescem menos. São as áreas onde existem relativa estagnação. Mas não basta esse critério para orientarmos a nossa política econômica. Temos que saber onde crescem as exportações mais do que as importações, porque ali onde crescem mais as exportações é que haverá meios de pagamento e, por conseguinte, possibilidades de absorção para as novas parcelas com que desejamos contribuir para o comércio mundial.

Tudo nesse estudo, portanto, deve orientar-se por estes dois pontos: primeiro, examinar o dinamismo de cada área; segundo, examinar, dentro desse dinamismo, a preponderância eventual das exportações sobre as importações. Deixemos de lado certas áreas onde as nossas possibilidades não parecem grandes. A África, por exemplo. Seu índice de crescimento será de 3,44% inferior à média global. E a África tem tendência para endividar-se, porque as importações em 1960 estarão em onze bilhões, enquanto as exportações estarão apenas em nove. Poucas serão, portanto, deste lado, as nossas possibilidades. Já na América Latina, existem possibilidades, apesar de em baixo nível. O índice de crescimento da América Latina é 3,35%, mas as exportações excederão as importações. Por isso, o

Itamaraty está, neste momento, dando todo seu apoio ao desenvolvimento da zona livre de comércio e, em grande parte por esse motivo, o ministro do Exterior foi a Buenos Aires conversar com o chanceler Miguel Cárcano, para mostrar-lhe, de papel na mão, o futuro que existe para o nosso comércio regional, se formos capazes de nos entendermos numa base de dinamismo e de ação (*Muito bem, palmas*). Desenvolver a área latino-americana é um dos primordiais objetivos. Sabemos quais são os perigos – que, aqui mesmo nesta Casa, foram denunciados por ocasião da assinatura do Tratado de Montevideu – e estamos procurando colocar, contra esses perigos, os remédios adequados, porque não declinaremos dessa área, que é vital para a nossa posição.

Consideremos agora, senhores Deputados, a Europa, uma das regiões de maior dinamismo, no seu crescimento, porque o crescimento europeu será de 5,12%, representando uma das áreas mais expansivas do comércio, nos próximos dez anos. É pena que o Brasil tenha, entretanto, de enfrentar, naquele continente, o tremendo desafio do artigo que vou ler: o art. 131, do Tratado de Roma, que institui o Mercado Comum Europeu. Segundo este art. 131, os Estados-membros concordam em trazer à comunidade os países e territórios não europeus que entretêm, com a Bélgica, com a França, com a Itália e com os Países Baixos, relações particulares. Estes países – continua o artigo – fazem objeto do anexo 4º do tratado e aqui está esse anexo 4º, onde se diz quais são esses países. São os seguintes: África Ocidental Francesa, África Equatorial Francesa, a República Autônoma do Togo, os territórios sob tutela do Camerun, o Congo Belga, a Ruanda-Urundi, a Somália, sob tutela italiana, e a Nova Guiné Neerlandesa.

Quer isto dizer o quê? Que nesta área de grande expansão do comércio europeu, encontramos pela frente o tratamento discriminatório que os países do Mercado Comum deram a essas nações, cujos nomes acabei de indicar, predominantemente nações africanas, as quais gozam do direito de introduzir os seus produtos na Europa, os mesmos produtos que produzimos, sem quaisquer direitos aduaneiros e sem sofrer tributação interna, enquanto o Brasil...

SR. PACHECO CHAVES – E quando a Inglaterra entrar, senhor Ministro?

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – ...e a Inglaterra e outros países da Europa que se aproximam do Mercado Comum – tomemos o café brasileiro para exemplo – ficam sujeitos a 16% contra 0% dos países africanos;

e a manteiga de cacau, 22%; e a castanha do Pará, 8%; e assim por diante, enquanto esses mesmos produtos das áreas africanas gozam de isenção total. Daí, senhores Deputados, nossa preocupação com a Europa, que, hoje, constitui 30% do nosso comércio e onde nossa posição é de defensiva. Estamos ali para defender aquilo que já temos; porque, cacau, 22%, e a castanha do Pará, 8%, a ameaça que pesa, neste momento, sobre a nossa economia – e quero pôr o peso de minha responsabilidade de Ministro das Relações Exteriores para dizer isto à Câmara – a ameaça que pesa sobre a nossa economia é de uma perda não inferior a 185 milhões de dólares de comércio.

Continuando na nossa análise, vejamos agora os Estados Unidos.

São os Estados Unidos uma área de pouco crescimento dinâmico. Seu crescimento, nos próximos 10 anos, está abaixo da média – é de 3,52% – mas, em compensação, as exportações norte-americanas ultrapassam com tanta folga as perspectivas de suas importações, que o comércio com os Estados Unidos se apresenta, imediatamente, como uma outra área eletiva para nossa expansão comercial. As possibilidades que temos nos Estados Unidos só são limitadas pelo fato de que aquele país tem de atender também às necessidades de outras áreas geográficas, que para eles se voltam e com as quais precisam de distribuir o seu excedente de comércio.

Finalmente, senhores Deputados, vamos considerar os algarismos do bloco soviético. Comparadas as exportações, o bloco soviético apresenta um ligeiro excesso de exportações sobre as importações, porque é característica das economias planificadas que as suas compras no exterior sejam programadas a longo prazo, de acordo com seus planejamentos centrais. E, deste modo, a política comercial, dirigida pelo Estado, é toda ela formulada com o objetivo de não permitir a acumulação de saldos, num ou noutro sentido; mas a expansão das suas exportações é satisfatória.

O que, entretanto, é importante – e a Câmara dos Deputados do Brasil não pode ignorar, no momento em que se pronuncia sobre uma questão desta gravidade – é que o índice de crescimento do comércio do bloco soviético é o mais elevado do mundo, é igual a 6,47%. Estamos, portanto, diante de uma área econômica onde existe excedente de capacidade de absorção de produtos, que o nosso país só poderia deixar de atacar e aproveitar se tivéssemos perdido o instinto de conservação (*Palmas prolongadas*). Não há nisso ideologia, senhores Deputados. Não estamos discutindo princípios filosóficos, nem questões doutrinárias. Vamos defender o nosso país, o nosso

regime, o nosso sistema, a nossa civilização, o nosso estilo de vida, com as grandes forças que nos inspiraram na nossa formação e que continuam a orientar e guiar as nossas verdadeiras elites. Mas não vamos fechar os olhos à realidade contemporânea, quando estamos vendo que o nosso país tem um projeto nacional a cumprir. Este projeto nacional é o de salvar da miséria e da pauperização centenas de milhões de brasileiros e só conseguiremos fazê-lo, e só conseguiremos realizá-lo, se conseguirmos aumentar o nosso comércio substancialmente, indo disputar, em todas as áreas, as disponibilidades existentes para a absorção dos nossos produtos. Para sabermos onde devemos disputar só há uma maneira objetiva e lógica de agir: abrir as estatísticas, interpretá-las e estabelecer os modelos econométricos e, através de estudos com base científica, dizer – é este o caminho, ou é aquele. O nosso caminho nos anos próximos não pode deixar de ser: em primeiro lugar, o mercado latino-americano, mercado que, por todos os motivos, temos o dever de desenvolver, de ampliar às últimas consequências; em segundo lugar, o mercado tradicional dos Estados Unidos, onde as possibilidades ainda são imensas e onde, além do mais, temos obtido, através de programas sucessivos de financiamento para grandes empreendimentos nacionais, ajuda que esperamos ver objetivada, no quadro amplo da Aliança para o Progresso; e, finalmente, os países que integram o chamado bloco socialista, onde aparecem os índices de dinamismo e crescimento mais consideráveis da hora atual.

É com estes argumentos, senhores Deputados, foi à luz destes critérios e destas observações que o Itamaraty tomou, conscientemente, a responsabilidade desse grande gesto, de importância transcendental na vida brasileira. E, sem ter medido bem suas razões e suas consequências; sem ter olhado primeiro o aspecto político, a regra de convivência, de coexistência, de defesa do país e de desenvolvimento das relações entre os povos; e, de outro lado, estes algarismos que apontam para a necessidade de desenvolvermos nossa economia e assegurarmos nosso progresso, não teria eu tomado, com o consentimento de todo o governo, a resolução transcendente, no dia de hoje, de trocar com o chanceler soviético as notas que restabeleceram as nossas relações (*Muito bem*).

Creio, senhor Presidente, que, chegado a esta altura do meu raciocínio, embora me reste alguma coisa a dizer, já poderei conceder todos os apartes que os nobres colegas desejarem.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Pediria aos nobres Deputados que, neste caso, também colaborassem com a Mesa, para disciplinar as suas intervenções. Só dando os apartes à medida que foram sendo concedidos pelo senhor Ministro.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Senhor Presidente, em primeiro lugar, desejava conceder o aparte pedido pelo nobre Deputado Raymundo Padilha, em segundo lugar, aquele para que se inscreveu o nobre Deputado Plínio Salgado, em terceiro lugar, ao Deputado Fernando Santana e, depois, ao senhor Aurélio Vianna.

SR. RAYMUNDO PADILHA – Senhor Ministro, quando o Ministro Horácio Lafer fez a sua visita a Buenos Aires, na qualidade de Ministro das Relações Exteriores, honrou-me Sua Excelência com um convite para acompanhá-lo nessa missão, como representante do bloco oposicionista nesta Casa. Representando o partido do governo foi o nosso companheiro e eminente ex-colega Senador Lameira Bittencourt. Naquela ocasião, tive oportunidade de seguir muito de perto os atos internacionais que ali foram praticados.

Neste momento, só me resta congratular-me com a presença de Vossa Excelência quando o vejo, já agora Chanceler da República, reiniciar aquelas tentativas, dar-lhes corpo e, como disse Vossa Excelência, dar-lhes *entelechia*. Assim, temos uma nova fase de dinamização dessas relações, nas quais, quer me parecer, o ponto culminante seria aquele em que Vossa Excelência, desenvolvendo tese muito cara ao seu espírito, impetrava uma ação, no sentido de educação para o desenvolvimento, ou seja, o progresso tecnológico acelerado, para que não sejamos surpreendidos, subitamente, por um atraso que nos seria fatal.

Considero essa contribuição de Vossa Excelência uma das mais importantes até hoje dadas pela inteligência brasileira.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Muito obrigado a Vossa Excelência.

SR. RAYMUNDO PADILHA – De outra parte, quero também agradecer a Vossa Excelência o convite com que me honrou para assistir hoje ao ato de entrega das credenciais do representante soviético no Brasil. Compareci lá, como sabe Vossa Excelência, na minha qualidade eventual e transitória de Presidente da Comissão de Relações Exteriores, num ato que, quero crer, bem cronometrado, não durou mais de vinte minutos. Agora, quando vejo Vossa Excelência vir anunciar oficialmente a gravíssima decisão

que acaba de tomar o governo brasileiro, entendo de meu dever assinalar alguns aspectos e transmitir, na ordem que me for possível, alguns raciocínios que me parecem extremamente oportunos, senhor Ministro, devo dizer a Vossa Excelência que sou perfeitamente cético em relação ao desenvolvimento do Brasil, via Moscou (*Muito bem*). Considero, ademais, como Vossa Excelência – e nesse ponto nos encontramos – perfeitamente neutro, do ponto de vista ideológico, a atitude do governo.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Folgo em ouvir essas palavras de Vossa Excelência, nem esperava outras da alta compreensão de Vossa Excelência.

SR. RAYMUNDO PADILHA – Obrigado. E acredito que, de um ou de outro lado, o inspirador se deve chamar William James, o pai do pragmatismo. Por conseguinte, os dois países viram aspectos de ordem utilitária em favor das respectivas nações. Da parte soviética, possivelmente, a conquista de algumas almas transviadas mais do que o café acumulado; da parte do Brasil, a honestidade de propósito que Vossa Excelência revela e encarna, quando vem perante esta Câmara mostrar com algarismos irrefutáveis, a necessidade que temos da ampliação de mercados. Por isso, eu me coloco em relação a este assunto na posição de um homem que, vendo a fatalidade de um processo histórico e ao mesmo tempo que as coisas se encaminhavam nesse assunto para que pudéssemos perante o mundo afirmar aquilo que se diz ostentoriamente: a nossa maturidade política, não quisesse o Brasil incorporado aquele grupo de nações retrógradas que não gozam do privilégio de ter relações com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Então o Brasil, nação moderna e modernizada, precisava enfileirar-se no rol dessas outras que desejam manter sua máxima atualidade em matéria de política pragmática. Assim, senhor Ministro, dizia eu, compreendo a posição do governo. Não me rebelo contra ela, em primeiro lugar porque, devo dizer a Vossa Excelência, confio extremamente no patriotismo dos homens que compõem o atual gabinete e, particularmente, no do eminente Ministro de Estado.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Sou grato a Vossa excelência.

SR. RAYMUNDO PADILHA – Agora, se essas coisas no plano mais geral me obrigam a estas considerações, que não quero de maneira alguma alongar, abusando da paciência de Vossa Excelência e do Plenário, ocorre-me ainda assinalar que a atitude tomada pelo Brasil, contrapondo-se – Vossa

Excelência não ignora – a correntes ponderáveis da opinião nacional, informadas ou desinformadas, pouco importa – vem acumular sobre o governo massa enorme de responsabilidades. A partir desta data, senhor Ministro de Estado, para que afastemos qualquer identidade ou filiação ou as chamadas afinidades eletivas do velho Goethe, temos de usar precisamente a linguagem contrária. Temos de dizer que as relações com a União Soviética não envolvem comprometimento de ordem alguma, de espécie alguma. Pretendemos construir nosso próprio e livre destino, político e social (*Muito bem*). Seremos soberanos no mais alto sentido de expressão. Seremos, finalmente e decisivamente, para usar expressão em voga, autodeterminados. Por isso, senhor Ministro, acredito que o governo terá atitudes menos equívocas em relação a problemas como o da República cubana e os atentados à dignidade da pessoa humana que se cometem (*Palmas*). Acredito, ademais senhor Ministro, que o governo não afirmará sua neutralidade em relação ao problema de Berlim e da autodeterminação dos berlinenses (*Muito bem*). Admito, mais, senhor Ministro de Estado, que, afinal, este vozerio, cuja fonte suspeitíssima, nós, velho combatentes, sobremodo conhecemos, não virá incluir a esta Casa a possibilidade de abandonarmos velhas e tradicionais relações com o povo da China nacionalista para nos agregarmos ao carrossel bolchevista, instalado em Pequim. Em consequência, senhor Ministro de Estado, essas afirmações de política exterior, devem revelar o nosso sentido de autodeterminantes e de autodeterminados. Isto, no plano externo, senhor Ministro. No plano interno, o reatamento jamais poderá ser invocado como arma de política interna do Partido Comunista do Brasil. Isto não é uma vitória de partido comunista algum. É uma decisão autônoma do povo brasileiro, que Vossa Excelência representa. Vossa Excelência e os democratas autênticos, acredito, interpretarão o gesto de Vossa Excelência como ato de soberania da democracia brasileira e jamais da inspiração do Partido Comunista, instalado no Brasil (*muito bem*), em razão do que Vossa Excelência deve retirar deste ato todas as suas consequências na política interna do país, quer em relação às atividades ilegais do Partido Comunista, quer em relação a problemas da política econômica do Brasil, a exclusivista política econômica do Brasil, que promete café a quem quiser comprar e, ao mesmo tempo que se atira contra os capitais estrangeiros, se fala em pauperismo e em empobrecimento do país.

SR. CELSO BRANT – São problemas ligados. Um é consequência do outro.

SR. RAIMUNDO PADILHA – Então, senhor Ministro de Estado, com uma análise dessa natureza, quero crer que o problema político, o problema econômico, o significado moral, a transcendência histórica do ato que acaba de ser praticado possam, ao final, ser bem entendidos pela inteligência e pela consciência nacionais. E Vossa Excelência, cujo poder de linguagem pode ser considerado inigualável, cujo estilo impõe o nosso respeito e toda a nossa admiração estética, creia, senhor Ministro de Estado, que ao felicitá-lo pela sua extraordinária exposição, eu ponho nela aquela confiança que o seu patriotismo há de reclamar e há de exigir, ao mesmo tempo em que registro a gravíssima responsabilidade que acaba de assumir o governo, responsabilidade de que, estou certo, Vossa Excelência tem a mais profunda consciência.

SR. MINSTRO SAN TIAGO DANTAS – Senhor Deputado, folgo em registrar o aparte de Vossa Excelência, que considero uma contribuição decisiva para a plena elucidação do ato hoje praticado perante o povo brasileiro. Vossa Excelência, com a maior elevação de vistas e compreendendo amplamente o sentido não ideológico e puramente político e nacional dessa decisão, salientou, ao mesmo tempo, a responsabilidade que ela traz para o governo, pela consequência que pode ter e pelo que pode ser evitado.

SR. RAIMUNDO PADILHA – Obrigado.

SR. MINSTRO SAN TIAGO DANTAS – Creia Vossa Excelência que registro suas palavras com especial agrado. Apenas vou permitir-me destacar delas um ponto para responder: aquele em Vossa Excelência qualificou de equívocas as posições do governo brasileiro, no tocante ao caso cubano.

Jamais houve governo que tomasse, em relação ao caso cubano, uma linha de tão clara definição quanto este, porque justamente o que, desde o primeiro dia, constituiu a nossa preocupação dominante foi mostrar que, na nossa atitude, apenas estávamos procurando respeitar integralmente os princípios da democracia representativa numa de suas manifestações mais essenciais, que é o princípio da autodeterminação.

Admitir que um povo possa mudar suas instituições políticas por outro processo que não seja a livre manifestação da sua própria vontade, eis o que o governo brasileiro não tem querido endossar e não endossará em caso algum. Tenho a certeza de que nessa atitude, entre os grandes espíritos de homens públicos com quem encontramos, está o de Vossa Excelência. Simpatia ideológica não impregna, em coisa alguma, nossa posição no caso cubano. É uma posição difícil, reconheço, mas é uma posição em que estamos dispostos a manter essa linha de clareza, isenta de toda ambiguidade e

defendendo do perigo do desaparecimento aquilo que é o maior patrimônio sobre que temos construído a consciência democrática deste hemisfério, o princípio da não intervenção (*Palmas*).

SR. PLÍNIO SALGADO – Permite um aparte?

SR. PRESIDENTE RABIERI MAZILLI – Pediria aos senhores Deputados que dessem apartes na forma de regimento da Casa, ou seja, breves e oportunos. Oportunos são, com certeza, e breves hão de ser pela compreensão de todos, porque se foram feitas intervenções longas, não poderemos realmente iniciar sequer a discussão da matéria em regime de urgência.

SR. PLÍNIO SALGADO – Senhor Presidente, dirijo-me antes de mais nada a Vossa Excelência para lembrar que só usaria um minuto, pois compreendo perfeitamente que o aparte deve ser pertinente e breve. Quero dizer apenas ao meu querido e velho amigo, ilustre Chanceler brasileiro San Tiago Dantas, que falo com serenidade e responsabilidade de chefe de um partido que polariza, no território nacional, os sentimentos anticomunistas da nação e que, por conseguinte, a atitude da minha bancada, como a do meu partido é contrária a esse ato do governo. Como irei falar no grande expediente de segunda ou terça-feira, nessa oportunidade virei apresentar os argumentos negativos, já que Vossa Excelência, com tanto brilho, externou perante este plenário os argumentos positivos do ato governamental. E ainda para que o povo brasileiro saiba que não estive calado neste momento, quero anunciar que, além do discurso do grande expediente, irei desenvolver em todo o país, pela televisão, pelo rádio e todos os meios, uma campanha de esclarecimento. Agora percebo que a Providência Divina está fortalecendo a causa que defendo, porque terei diante de mim o inimigo de que necessito. Até agora temos vivido na água morna, sem ter com quem brigar. As consequências deste ato governamental irão dar-me aquilo que é mais precioso, e a que me referi num livro intitulado: “Palavras novas num Tempo Novo” – o adversário. Iremos lutar no Brasil para defender as tradições cristãs da nacionalidade, a soberania da pátria, e a liberdade e dignidade dos cidadãos. Era o que queria dizer, apartando assim tão brevemente, a brilhante exposição de Vossa Excelência (*Palmas*).

SR. MINISTRO – Sabe Vossa Excelência nobre Deputado Plínio Salgado, o apreço e estima que lhe tenho. Mas faço questão de que Vossa Excelência saiba, e creio, Vossa Excelência será o primeiro a reconhecer que na defesa desses valores superiores a que Vossa Excelência se referiu no

curso do seu aparte, em hipótese alguma, Vossa Excelência deixará de encontrar-nos a todos no mesmo lado.

SR. FERNANDO SANTANA – Senhor Ministro, evidentemente, grande parte da população brasileira é desinformada em relação a esses problemas fundamentais, como bem disse aqui o Deputado Raymundo Padilha. Mas cumpre aos líderes dessas populações desinformadas, depois da magnífica matematização que Vossa Excelência deu ao problema, dessa tribuna, informá-los com esses dados, com esses elementos. Vossa Excelência, ao examinar a questão, ao nosso ver, não propõe o desenvolvimento brasileiro, via Moscou, mas examinou todas as áreas, viu todas as possibilidades de crescimento e elege aquelas que parecem à Chancelaria, pelos estudos feitos, as mais indicadas para essa luta de salvação de um povo que não quer ficar na miséria. Esse, a nosso ver, o grande sentido do discurso de Vossa Excelência. Por outro lado, senhor Ministro, não é de se ignorar que populações que até bem pouco tempo jamais tomaram Coca-Cola o façam de maneira intensa. Alguém diz, por exemplo, que, se a Coca-Cola fosse remédio, não seria comprada pelas crianças. Essa expansão desse tipo de bebida em países como o nosso, a nosso ver, justifica de maneira extraordinária a expansão do café, mesmo nas áreas em que se toma chá. Daí ter Vossa Excelência acertado, quando quis desvendar essas áreas para o consumo do principal produto de exportação brasileira. Essa razão e a matematização, como disse, do pensamento de Vossa Excelência em torno do problema, deixaram-nos completamente satisfeitos, porque fica resguardado o que há de mais sagrado para nós – o futuro da nação brasileira.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Muito grato a Vossa Excelência. Tem o aparte o nobre Deputado Aurélio Vianna.

SR. AURÉLIO VIANNA – Nobre Ministro San Tiago Dantas, situemos responsabilidades: quem iniciou, nos últimos tempos, a dinamização da política internacional do país – faça-se justiça – foi, no campo do comércio exterior, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, logo depois, o senhor Jânio Quadros, que apregoeou, nas suas andanças pelo país interior que, se eleito Presidente da República, reataria relações diplomáticas com a Rússia Soviética, e a sua declaração teve a chancela da maioria do eleitorado do Brasil. O Chanceler que tanto ajudou o ex-Presidente da República na sua política externa de reatamento de relações diplomáticas, todos sabemos, foi o Ministro Affonso Arinos de Melo Franco, que teve, para tanto, o apoio de seu partido, a União Democrática Nacional. Agora, quem orienta a política externa do

país? O Presidente João Goulart? Não. Pela Constituição da República, no Ato Adicional, é o Primeiro-Ministro, pertencente às fileiras do Partido Social Democrático, o senhor Tancredo Neves. Estatui-se aqui, no art. 18, que todos conhecemos, que “compete ao Presidente do Conselho, manter relações com Estados Estrangeiros, orientar a política externa do país”. E Sua Excelência o fez à socapa, Sua Excelência o faz às ocultas? – Não. Pronunciou-se nesse sentido bastas vezes, dessa tribuna, de onde Vossa Excelência fala, para o país inteiro, e recebeu consagradora maioria em dois votos de confiança desse mesmo grupo que não se manifestava, como agora, como não se manifestou – raras exceções – quando se votou o projeto que concede anistia ampla, inclusive aos implicados da intentona de 1935. Nobre Ministro San Tiago Dantas, Vossa Excelência, com a inteligência que Deus lhe deu e com a cultura que conseguiu, mercê de seu esforço, nos seus estudos...

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Muito obrigado a Vossa Excelência.

SR. AURÉLIO VIANNA – ...é o intermediário dessa política externa do país, orientada pelo senhor Ministro, e sacramentada por todo o Ministério, como Vossa Excelência já o declarou. Só há um meio de mudarmos de rumo – pela destituição de todo o gabinete, mediante voto de desconfiança dos senhores Deputados. Ter-se-ia de conseguir, de início, cinquenta assinaturas e, depois, cento e sessenta e quatro. O povo brasileiro, pelo voto, já se manifestou favorável a essa política. Como se manifestariam os representantes do povo brasileiro? Reconhecemos o *jus esperneandi* de quem vive no século XX, com a cabeça na idade de bronze? Não! Na idade da pedra polida? Também não; sim, na idade da pedra lascada. Senhor Ministro San Tiago Dantas, para terminar, direi não acreditar que um Ministério que possui os três Ministros militares que todos conhecemos, anticomunistas confessos, que possuiu um Moreira Sales (*muito bem*), que possuiu um Gabriel Passos, que possuiu um Souto Maior, que possui Vossa Excelência, que jamais fez, nem faz e, pela sua mentalidade, não fará o jogo dos comunistas, não acredito que esse Ministério tivesse reatado relações diplomáticas com a União Soviética para transformar o nosso país num satélite da Rússia, porque, se acreditasse nisso, estaria combatendo em nome de meu Partido, o ato do Ministério. Como não desejo seja o Brasil satélite dos Estados Unidos da América, não colaboro nem colaboraria, para que fosse satélite da União Soviética ou de qualquer outra nação.

SR. MENDES DE MORARES – Lembro o Cavalo de Troia.

SR. AURÉLIO VIANNA – O Cavalo de Troia, Deputado Mendes de Moraes, a que Vossa Excelência se refere, é a reação, a tradição ultrapassada, a falta de visão. É este o Cavalo de Troia que vem atrasando o Brasil. Também não acredito que o reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética viria a propiciar a troca de mercadorias entre os dois países. Para mim, o reatamento de relações diplomáticas – porque comerciais já havia – é prova de independência, de maioria, de autenticidade, de dignidade e de vergonha de parte de uma nação, que precisa, além de ser autêntica, enfrentar a realidade internacional.

Por isto, acho deveriam essas relações ter sido reatadas há mais tempo. Senhor Ministro, preservemos a independência do nosso país sem humilhações, sem subserviências. Já era tempo de o Brasil ser autêntico, ser de fato independente, dirigir-se com seus próprios pés e sua própria cabeça (*Palmas*).

SR. MINISTRO SNA TIAGO DANTAS – Muito Obrigado. Tem o aparte o nobre Deputado Oswaldo Lima Filho.

SR. OSWALDO LIMA FILHO – Senhor Ministro, salvo algumas magníficas exceções, entre as quais se situa a brilhante interferência do nobre Deputado Aurélio Vianna, tenho lamentado o desfile, pelo microfone, dos apartes, de colegas ilustres, honrados, patriotas, mas que estão disputando em torno do ato admirável e louvável, por todos os títulos, do governo brasileiro, que Vossa Excelência acabou de anunciar à Casa, como vitória de suas ideologias. Extremistas da direita e extremistas da esquerda têm apartado Vossa Excelência, reclamando a paternidade do reatamento de relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, ou procurando condená-lo. É com profunda satisfação, porém, que nós, democratas, que não nos filiamos a essas ideologias estranhas à cultura e à tradição brasileiras, enxergamos na ação do governo, na pessoa de Vossa Excelência, no programa que Vossa Excelência se traçou e vem executando, a fidelidade mais completa aos interesses da nação brasileira. Esses interesses são os da afirmação da identidade internacional do Brasil, da sua independência, da afirmação de sua política, fora dos dois campos internacionais, em conflito ou em desinteligência. E esta é a afirmação da maioria política, da maioria internacional do país, que vem afirmando, pelos seus mais eminentes homens públicos, pelo ilustre candidato à Presidência da República, pelo ex-Presidente Jânio Quadros, como pelo atual Presidente João Goulart, pelo senhor Primeiro-Ministro Tancredo Neves, pela palavra do antigo Chanceler, como

pela palavra de Vossa Excelência tão bem delineou, mas com a afirmação de uma política independente, de uma política à altura da dignidade e da soberania do Brasil. Seu companheiro do Partido Trabalhista Brasileiro, com grandes afinidades de pensamento com Vossa Excelência, porque trilhamos, mesmo dentro das ligeiras divergências partidárias, o mesmo pensamento e a mesma ação política, quer congratular-se com Vossa Excelência pela honra insigne que teve de promover, como Ministro das Relações Exteriores, esse ato histórico, representativo da grandeza do Brasil imperial e de hoje.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Como o Deputado Sérgio Magalhães não está presente no momento, dou o aparte ao Deputado Menezes Côrtes.

SR. MENEZES CÔRTEZ – Senhor Ministro San Tiago Dantas, já de meses me venho manifestando, e continuo na mesma posição, a favor do reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, numa demonstração inequívoca de que somos uma nação soberana e de que não temos medo de manter relações diplomáticas ainda que seja com nações dominadas por uma ideologia que combatemos. Verifico, no discurso de Vossa Excelência, a interpretação exata deste sentimento, que é o do nosso povo, de reafirmar uma posição de independência política no concerto das nações, ao mesmo tempo que repudiamos completamente a ideologia comunista que subjuga a pessoa humana, lhe esvazia a capacidade de iniciativa, mata-lhe a liberdade de pensar e de agir e retira do homem o que nele há de mais sublime, qual seja, o poder de criar, de forma independente, expressão máxima de confiança de ser livre por natureza. Esta, a nossa posição, e com prazer verificamos ser a do Conselho de Ministros, a de Vossa Excelência, a do governo do Brasil.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Nobre Deputado Menezes Côrtes, Vossa Excelência bem imaginará com que prazer registro suas palavras, não só por partirem de Vossa Excelência, colega, cuja opinião tanto prezo e cuja conduta parlamentar tanto admiro, mas também porque Vossa Excelência as proferiu em nome do seu partido, a União Democrática Nacional. Aceite meus agradecimentos.

SR. RUY RAMOS – Eminente Ministro de Estado, estou autorizado a dirigir a Vossa Excelência uma palavra especial, em nome da Frente Parlamentar Nacionalista, constituída, como Vossa Excelência sabe, de representante de todas as legendas partidárias, porque suas ideias penetram por todas as áreas políticas do Brasil. Logo, a Frente Parlamentar Nacionalista

não é contrária a nenhum partido e, ao invés disso, tem recebido a contribuição ideológica das correntes evoluídas de todos os partidos. A Frente Parlamentar Nacionalista se compõe de um grupo que talvez possa diferenciar-se pela consciência crítica que tem dos grandes problemas brasileiros. É um grupo, não melhor do que qualquer outro grupo dos partidos políticos; apenas se destaca, porque pensa que atingiu a uma consciência crítica da realidade brasileira. A Frente Parlamentar Nacionalista também deseja o Brasil liberto, para não ser nem colônia dos Estados Unidos da América, nem satélite da Rússia Soviética. Esta é sua posição ideológica e política. Não deseja ser um grupo submetido nem aos interesses norte-americanos, nem aos interesses soviéticos, mas quer manter o nosso país na absoluta independência e soberania da autodeterminação dos povos. Hoje, a Frente Parlamentar Nacionalista atinge a plenitude na decisão de que Vossa Excelência foi grande responsável; um dos grandes objetivos da Frente Parlamentar Nacionalista se consuma hoje, com o reatamento das relações do Brasil com um dos maiores países da atualidade que é, indiscutivelmente, a União Soviética. Nenhum homem medianamente esclarecido, nenhum político inteligente e atualizado pode ocultar, sequer, o interesse que tem o nosso país, para seu desenvolvimento e a sua economia, em restabelecer relações com um dos povos que venceu tremendos impedimentos e se coloca, hoje, na altura das maiores potências econômicas do mundo. Assim, em nome da Frente Parlamentar Nacionalista, quero dizer ao eminente Ministro de Estado, representante do gabinete, do governo, que os nacionalistas brasileiros exultam neste momento por constatarem que sua pátria está, realmente, livre das peias políticas e mentais que nos privavam de manter relações com um dos maiores povos da atualidade, inegavelmente a União Soviética.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Muito agradeço a Vossa Excelência, Deputado Ruy Ramos, essa manifestação. Parte ela de um parlamentar a quem muito prezo e admiro e traz ao ato do governo e o apoio prestigioso da Frente Parlamentar Nacionalista, cujas atitudes, em tantas lutas do nosso país, tem sido sempre claras e marcantes. É um grupo parlamentar que tem contribuído para essa causa comum de nosso povo, que é a luta pela emancipação nacional.

SR. PEREIRA DA SILVA – Eminente senhor Chanceler San Tiago Dantas, permita em receber meus pontos de vista, muito pessoais e muito sinceros, em relação ao ato de nosso governo, restabelecendo relações

diplomáticas com a República Socialista dos Soviéticos de todas as Rússias, nação antidemocrática e anticristã que espalha ódio e terror em todos os quatro cantos do mundo. Esses pontos de vista não coincidem com a fundamentação brilhantíssima, desenvolvida com aquela habilidade e com aquele tato, de jurista e de diplomata, que todos nós reconhecemos em Vossa Excelência, ora à frente de nossa política internacional.

Senhor Chanceler, nas democracias verdadeiras, o direito de opinião é sagrado. Por isso mesmo, com a devida vênia, venho declarar que os argumentos expendidos por Vossa Excelência, em nome do governo, estão muito longe de convencer o país, na maioria absoluta de seu povo.

As razões em repelir a decisão de nossa Chancelaria, importa à nação, empreendidas num momento angustioso de sua vida interna, por certo deverão ter ressonância mais alta, pois outro é o pensamento da nacionalidade brasileira.

A meu juízo e com mais alto aos pontos de vista sustentados por Vossa Excelência, com esse ato, deixamos de lado razões ligadas à nossa própria sobrevivência de nação amadurecida e capaz de guiar-se sem as influências terroristas dos totalitarismos nefastos à liberdade do povo. Perigará, por certo, a nossa honra e a nossa posição de país vanguardeiro na defesa dos direitos humanos; sob ameaça permanente estará a nossa condição de pátria ungida dos sentimentos de fraternidade universal, onde a todos é assegurado o direito de trabalho livre e a consciência da escolha do regime sob o qual desejamos viver e progredir.

Agora, quando cada vez mais se fecham para o mundo democrático as portas de aço da Rússia vermelha, que trucidada e escraviza as nações fracas de todos os continentes, o governo brasileiro abre todas as suas entradas aos que representam, para a civilização mundial, o Estado integral, a tirania sanguinária, governando sem piedade e sem tréguas. Temos e devemos ter relações com todos os povos do globo. Mas isso é coisa bem diferente de entrarmos em relações diplomáticas com uma nação que só respeita a força e impõe o seu domínio pela crueldade e pelo desrespeito à dignidade das nações fracas.

Não se pode negar, já agora, senhor Chanceler, a existência de uma diplomacia suicida, entre nós, e lamentamos esteja sendo liderada no salão austero do Itamaraty, para angústia dos manes do velho Rio Branco. Lembro a Vossa Excelência de que foi em um dos salões daquele casarão da paz que o Marechal de Ferro reagiu à insinuação de cinco embaixadores, de que

responderia à bala, ao desembarque de forças estrangeiras no território pátrio, sob pretexto de defender os bens e a pessoa de seus súditos, residentes no Rio de Janeiro. É lamentável pois que de modo inverso, a diplomacia rubro-amarela de Jânio Quadros se tenha infiltrado em nossa Chancelaria, como que amedrontada com os estrondos nucleares, à base de cinquenta megatons. Vossa Excelência, na verdade, acaba de nos trazer uma notícia trágica para os nossos dias futuros.

Deus, porém, julgará melhor do que os criptocomunistas nacionais esse ato inesperado do governo, ao lado de quem colabora na política interna. O futuro que nos espera, de amargores, decepções e humilhações, dará resposta à fórmula inaceitável, senão insensata, do restabelecimento de nossas relações com a Rússia, que Vossa Excelência foi forçado a defender, embora fale mais alto no coração o amor pelo Brasil eterno, que saberemos defender contra a política internacional maquiavélica e cruel que ameaça os nossos destinos.

Perdoe-me Vossa Excelência pela rude franqueza destas considerações.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazilli) – Senhor Ministro, depois que Vossa Excelência conceder, como é do agrado de todos e da sua cortesia nunca desmentida, o aparte à nossa colega Deputada Ivete Vargas, pediria, também, a cortesia dos outros colegas, para que não prossigam dando apartes, a fim de que possamos passar à matéria da ordem do dia, ao menos para iniciar a discussão da que está em regime de urgência.

SR. TENÓRIO CAVALCANTI – É uma hora histórica, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazilli) – O nobre Ministro San Tiago Dantas, se já verificou que há outros colegas que desejam apartear e estão insistindo, saberá como decidir.

SRA. IVETE VARGAS – Senhor Ministro, eu não poderia deixar de dizer a Vossa Excelência, neste instante, uma palavra de aplauso, traduzindo, estou certa, o pensamento dos meus companheiros, que são os meus companheiros de Partido, no estado de São Paulo. Desde há muito que o PTB vem lutando para que o Brasil restabeleça relações diplomáticas, culturais e comerciais com todos os povos do mundo. Adotamos esta posição, convencidos de que somos uma nação madura, de que devemos ser uma nação livre e independente, sem tutelas, quer da esquerda, quer da direita. Não é possível que, enquanto os Estados Unidos, a Inglaterra e outras nações mantêm relações com União Soviética, comprem produtos

brasileiros e revendamos em melhores condições para aqueles países, permaneçamos em posição subalterna, em posição de cupinchas, quando somos um território imenso, com imensa população e com um destino a cumprir. Não compartilho, senhor Ministro, dos receios de tantas figuras respeitáveis, que acham que esse restabelecimento pode representar ameaça para nossas tradições cristãs. Não compartilho, senhor Ministro, porque confio no povo brasileiro, confio na capacidade de discernir da nossa gente, confio no patriotismo da gente que nasce abençoada pelo lábaro sagrado do Cruzeiro do Sul. Senhor Ministro, o que não é possível – e é o que pretendem as ilustres personalidades que tanto se assustam com o restabelecimento – é erguer uma muralha como a de Berlim, e estou certa de que eles são os que mais investem, são os que mais invectivam a existência dessa muralha. Entretanto, querem fazer aqui dentro de sua própria pátria uma muralha, impedindo que o Brasil vá comprar e vá vender onde melhor lhe interesse, buscando em qualquer país recursos que nos possam beneficiar. Nós, que sonhamos com uma pátria grande, livre, economicamente emancipada e socialmente justa; nós, que queremos um Brasil para os brasileiros, mas para brasileiros que vivam melhor, de maneira mais feliz; nós nos congratulamos com esse restabelecimento de relações, porque, efetivamente, vamos ampliar nossas áreas de comércio. No instante em que o PTB aplaude a atuação de Vossa Excelência, sentimo-nos felizes e jubilosos de saber que, à frente do Ministério das Relações Exteriores, está um homem de nosso Partido, da nossa bancada, representando com fidelidade o pensamento unânime de nossa gente, em todos os quadrantes da pátria. Permita-me, também, senhor Ministro, que diga mais a Vossa Excelência. Não posso esquecer minha condição de mulher, e as mulheres sonham com a paz, para que todos trabalhem, para que todas as nações progridam, para que os homens, que tanto preocupam as mulheres – os pais, os irmãos, os filhos, os esposos – permaneçam junto às mulheres, para que seus entes queridos possam prosseguir sua vida normal. O que Vossa Excelência, interpretando o sentimento do povo brasileiro e traduzindo a decisão do governo, acaba de fazer, representa um passo a mais na consolidação da paz, que deve estar no desejo, na consciência e no coração de todos os homens de bem (*Palmas*). Permita ainda, senhor Ministro neste instante histórico em que manifesto a Vossa Excelência meu entusiasmo pelo restabelecimento de relações com a União Soviética, que diga do nosso entusiasmo pela sua atuação do Ministério das Relações Exteriores.

A nota do Itamaraty, hoje publicada na imprensa e apresentada na Organização dos Estados Americanos, a propósito da questão da República Dominicana, é a consagração definitiva da maioria e da independência do Brasil (*Muito bem*).

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Muito obrigado à Deputada Ivete Vargas e muito grato ao Partido Trabalhista, Seção de São Paulo, que Vossa Excelência associou às suas brilhantes palavras.

Vou pedir licença aos nobres Deputados para, daqui em diante, não anotar outros pedidos de apertes. Desta forma, se o senhor Presidente me permite, e, atendendo a que só terei algumas breves palavras de conclusão a pronunciar, vou conceder os apertes que já havia anotado e que não são em número considerável, pedindo, apenas, aos nobres Deputados, para maior colaboração com os propósitos da Mesa, encurtarem o mais possível seus pronunciamentos.

O que se acha inscrito em seguida é o nobre Deputado Océlio de Medeiros.

SR. OCÉLIO DE MEDEIROS – O discurso de Vossa Excelência, brilhante, corajoso, culto, patriótico, não apenas vem assinalar novos rumos da nossa política externa; convoca esta Casa para um debate democrático em torno dos maiores problemas do nosso tempo, mas impõe, ainda, acima de tudo, uma oportunidade rara para uma revisão de atitudes, uma reformulação de conduta e uma reprogramação de nossas compreensões. Deve ser entendido e sentido, senhor Ministro, pelo seu senso de oportunidade. Mas quando Vossa Excelência analisou as causas que determinaram o reatamento das relações com os países de economia totalitária, Vossa Excelência, invocando dados mais sérios e positivos, alertou a nação sobre os rumos difíceis da nossa conjuntura. Há uma contradição entre a política brasileira e a política americana, no que se refere às relações com a União Soviética. Não se faz política externa com muralhas na vida dos povos. Nós, até hoje, mantínhamos relações comerciais e, hipocritamente, senhor Ministro, relações diplomáticas por trás dessas relações comerciais. Os Estados Unidos da América mantinham relações diplomáticas enquanto as suas classes conservadoras, através de manifestações das suas mais poderosas associações de classe, como as Câmaras de Comércio, tudo faziam para que se intensificassem as relações comerciais com a União Soviética. Delegações eram enviadas àquele país e havia uma troca de itens que o Departamento de Estado vetava. Mas, senhor Ministro, aqueles que receiam que a simples

abertura de relações, que o simples reatamento entre os dois países pode representar, para nós, um grave perigo, esses – perdoem-me os nobres colegas – fazem mal juízo, julgam mal nossas instituições, as nossas convicções democráticas, os nossos sentimentos cristãos e católicos. Combate-se o comunismo com as trincheiras abertas. Recordo que, nos Estados Unidos, que sempre mantiveram relações diplomáticas com a União Soviética, existe um curso, o único no mundo dado numa Universidade de Nova York, de economia totalitária, em que são estudadas as economias de todos os países de economia planejada ou do bloco soviético. Mas, hoje, as condições econômicas da Rússia não são idênticas às que apresentava quando iniciou sua decolagem à custa de sacrifício, de sangue e de violência. E, em Nova York, o *New York Times*, um dos maiores jornais do mundo, dava, no dia da morte de Stálin, uma edição especial, que permitiu ao povo americano o conhecimento da realidade da expansão na Rússia, a partir de 1917. Hoje, que a Rússia atingiu o período de maturidade econômica, não tem outro caminho senão marchar para a produção em massa e em larga escala, para o consumo em massa e em larga escala. A essas condições internas da própria Rússia é que devemos atender porque, para que se inicie essa política econômica, não pode prescindir de relações comerciais com todos os povos. Mas não poderemos fazê-lo seriamente, senhor Ministro, como bem disse Vossa Excelência, não havendo relações diplomáticas.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Muito obrigado a Vossa Excelência. Infelizmente, o senhor Presidente acaba de me fazer saber que dentro de cinco minutos terá de passar à ordem do dia. Vou dar a palavra se me permite, aos Deputados Dirceu Cardoso e Cid Carvalho, que estão na ordem. Depois disso, lamentavelmente, não poderei conceder mais apartes.

SR. DIRCEU CARDOSO – Senhor Ministro, aqueles que abandonam as velhas barragens são as primeiras vítimas das inundações do rio. Deus abre as portas, uma atrás da outra.

Assistimos, aqui hoje, não ao início de uma tomada de posição do Brasil em face à Rússia, mas uma segunda posição, porque a primeira já tomamos na Organização dos Estados Americanos, quando o Embaixador Regis Bittencourt absteve-se de votar, na reunião dos Chanceleres americanos, para se criar um dique contra a infiltração comunista na América. Só três Estados americanos tomaram atitude contrária à proposição da Colômbia: O México, votando contra, e o Brasil e Cuba, abstendo-se de votar. Portanto, o restabelecimento das nossas relações com a Rússia nesta altura – relações

que considero inoportunas, em face dos compromissos que temos – é servi-la. Senhor Ministro, as palavras de Vossa Excelência não criaram intranquilidade apenas nesta Casa, mas tiveram um condão: possibilitaram um divórcio de nossas representações, tornaram até líquidas as nossas fronteiras partidárias. De amanhã em diante, dois grupos aqui forcejarão uma atitude em face do restabelecimento das relações do Brasil com a Rússia. Não está apenas no fato do restabelecimento; está na sua repercussão nacional, na sua repercussão continental, na sua repercussão até no mundo (*Muito bem*). Não éramos contra a medida, cinco anos atrás, como talvez não sejamos daqui a cinco anos, mas, sim, nesta hora em que vemos dois blocos que se estendem desde o Ártico, passando pela Europa toda, cruzando pela África e indo aos confins da Ásia e que hoje se estendem até a este plenário.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Temo que Vossa Excelência desejasse ver um desenlace pelas armas.

SR. DIRCEU CARDOSO – Senhor Ministro, tanto desassossego causou a declaração de Vossa Excelência, neste plenário e na América (*não apoiado*), que quero ler, para seu conhecimento, este documento. Fui eu o primeiro a arguir, aqui, esta questão de tomada de posição, pelo Brasil, na reunião dos Estados Americanos, quando nos abstivemos de votar com dezoito nações americanas, para criar um clima de resistência à invasão comunista na América. Leio, pois, para seu conhecimento, o seguinte telegrama de Buenos Aires:

O Instituto Argentino de Defesa Jurídica do Ocidente criticou ontem as declarações feitas, na Academia Nacional de Direito e Ciências Sociais, pelo Chanceler do Brasil, Francisco San Tiago Dantas, durante sua recente visita de três dias à Argentina.

O Instituto emitiu uma declaração, assinada pelo seu Presidente, Augusto Garcia, ex-representante argentino junto à Organização dos Estados Americanos, e pelo seu secretário, Marcelo Zavalia.

As declarações lembram certas afirmações de Fidel Castro, segunda as quais não haverá tão logo eleições em Cuba e em seu país estão sendo aplicadas as doutrinas socialistas e os processos indicados pelas potências comunistas que o sustentam.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Valeria a pena Vossa Excelência não terminar essa leitura sem fazer um confronto prévio.

SR. DIRCEU CARDOSO:

Uma vez que o Chanceler brasileiro – concluiu o documento – usou a tribuna desta Academia para fazer afirmações de política internacional, que são compartilhadas por setores sérios e responsáveis de nosso país, e como essas afirmações, se não forem retificadas desta mesma tribuna, poderiam ser consideradas como aprovadas pelos membros deste Instituto, dirigimo-nos senhor Presidente para sugerir-lhe a conveniência de que a entidade estude imediatamente o problema e faça uma declaração pública sobre a situação em Cuba, à luz da Carta da OEA, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e dos demais instrumentos do sistema interamericano, dando-a a conhecer antes da reunião do Conselho da OEA, marcada para o dia 4 de fevereiro de 1962, a qual deverá ser estudado o pedido de uma convocação do órgão de consulta, pedido esse, formulado pela Colômbia.

Senhor Ministro, neste mesmo dia em que, a esta hora, em todas as igrejas do Brasil, nossa população católica, reverente e contrita, está rezando pelo Dia Nacional de Ação de Graças, neste mesmo dia, o governo restabelece relações com a Rússia, numa guinada de cento e oitenta graus de velhas e imorredouras tradições do Itamaraty, e das nossas tradições cristãs, numa tomada de posição contra aqueles que nos dão a mão na hora do sacrifício para aliviar a nossa pobreza, a nossa miséria, e numa demonstração de que este reconhecimento não é um simples reconhecimento diplomático; é servir a Rússia Soviética (*Muito bem. Palmas. Não apoiado*).

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Nobre Deputado Dirceu Cardoso, um dos deveres a que nem Vossa Excelência nem ninguém pode fugir do dia de hoje, ou em qualquer outro, é o dever da verdade. Com esse documento que há pouco nos leu, Vossa Excelência encampou o que nele se contém, inclusive a declaração de que, no discurso feito pelo Chanceler brasileiro, em Buenos Aires, existem declarações idênticas às de Fidel Castro, contra a realização de eleições livres em Cuba. A Vossa Excelência, que é um homem veraz, peço-lhe que hoje à noite leia o discurso do Chanceler brasileiro em Buenos Aires e o coteje com esse texto e amanhã espero ouvir de Vossa Excelência, desta tribuna, o desmentido dessas palavras (*Muito bem. Palmas*).

Tem o aparte o nobre Deputado senhor Cid Carvalho.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – O nobre Deputado senhor Cid Carvalho é o último aparteante, atendendo a que se deve passar, por imperativo regimental, ao início da matéria que está em pauta, em regime de urgência.

SR. CID CARVALHO – Nobre Chanceler, há tempos, Vossa Excelência lançou, com toda a pertinência, um “slogan” que me parece da maior importância: “Vamos atualizar o Brasil!”. Na realidade, o Brasil está precisando de atualização.

Entendo, nobre Chanceler, atualização de um povo, em primeiro lugar, como conhecimento de suas necessidades, como maturidade de suas afirmações, como superação do medo e, sobretudo, como superação de primarismo. Tomo o seu discurso nesta Casa como um pronunciamento de fidelidade ao “slogan” lançado por Vossa Excelência ou de ratificação dele. Diante dos debates, porém, das interpelações, ocorreu-me esta ideia: neste momento, estaria havendo no Soviet Supremo tantas discussões em torno desse reatamento? No Soviet Supremo existiriam facções temerosas da capitalização da Rússia pela simples retomada de relações com o Brasil? Estariam receosos da superação do regime ou da diluição dos bolcheviques na União Soviética pelo fato de restabelecer o país relações com o Brasil? Na certa, nobre Chanceler, não existem esses temores, porque a Rússia é um país consciente de seu poder e do seu papel no mundo. O que não admito é que partamos para o reatamento de relações com a União Soviética com sentimento de inferioridade, Não devemos ter medo de bolchevizar este país como eles não tem medo de capitalizar aquela nação, pelo simples contato (*muito bem*) pela simples relações com Brasil. O que vejo, nobre Chanceler, na oração de Vossa Excelência, muito mais do que uma explicação sobre a necessidade de reatar o Brasil relações com os países socialistas, é uma definição inequívoca sobre o seu “slogan” de maturidade e atualização do Brasil. Seria primário, nobre Chanceler, o Brasil ter de explicar ao mundo e esta Casa precisar perder horas e horas para dizer que o Brasil, que quer ser um grande país, o Brasil que atingiu a sua maturidade, reatou relações com um dos maiores países do mundo. Era o que tinha que dizer (*Muito bem. Palmas*).

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Senhor Presidente, lamento sinceramente não poder, por imperativo regimental, continuar concedendo os apartes com que me vêm honrando os nossos nobres colegas e que tanta significação dão a este pronunciamento.

Agradeço as palavras do Deputado Cid Carvalho.

SR. CID CARVALHO – A pedido do nobre colega Aarão Steinbruch e em nome do Movimento Trabalhista Renovador, trago a Vossa Excelência a solidariedade deste mais novo partido nacional.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Peço a Vossa Excelência estenda a esse partido meus agradecimentos.

SR. ADAHIL BARRETO – Transformarei meu aparte numa declaração escrita, que vou incorporar ao discurso de Vossa Excelência.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Agradeço a Vossa Excelência e muito agradeceria também a outros aparteantes que não puderam, por motivo de tempo, apresentar sua intervenção, fizessem a mesma coisa.

Senhor Presidente, a marcha de um país como o nosso não se pode fazer sem momentos como este, que acabamos de viver nesta Casa.

Aqui não tivemos propriamente um choque de ideias, uma apuração de discordâncias. O que aqui tivemos foi um episódio fundamental e inevitável na vida de todo povo que procura afirmar a sua independência. Nada é mais difícil do que ser independente, nada é mais difícil do que tomar nas próprias mãos as próprias responsabilidades. Nada se faz com maiores dificuldades, com mais duras penas e com mais sérias discordâncias do que essa tarefa que estamos empreendendo em nosso país, que é a tarefa simples e, entretanto, difficílissima, de fazer com que o Brasil seja governado pelo interesse e pela vontade dos brasileiros. *(Palmas. O orador é vivamente cumprimentado).*